



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL – UADSS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA CAROLINE PEREIRA RODRIGUES

**TRABALHO E ADOECIMENTO MENTAL: DESVELANDO A REALIDADE
DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS DE SOUSA-PB**

SOUSA/PB

2021

ANA CAROLINE PEREIRA RODRIGUES

**TRABALHO E ADOECIMENTO MENTAL: DESVELANDO A REALIDADE
DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS DE SOUSA-PB**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à coordenação de curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Hiago Trindade de Lira Silva

SOUSA/PB

2021



R696t Rodrigues, Ana Caroline Pereira.

Trabalho e adoecimento mental: desvelando a realidade dos/as Assistentes Sociais de Sousa - PB. / Ana Caroline Pereira Rodrigues. – Sousa, 2021.

72 f.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Hiago Trindade de Lira Silva.

1. Saúde do trabalhador. 2. Adoecimento mental. 3. Desvalorização profissional. 4. Precária condições objetivas e subjetivas. 5. Sobrecarga de trabalho. 6. Defasagem salarial. 7. Insegurança no emprego. I. Silva, Hiago Trindade de Lira. II. Título.

CDU: 36:349.243(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Marly Felix da Silva

Bibliotecária-Documentalista

CRB-15/855

ANA CAROLINE PEREIRA RODRIGUES

**TRABALHO E ADOECIMENTO MENTAL: DESVELANDO A REALIDADE
DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS DE SOUSA-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Hiago Trindade de Lira Silva.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hiago Trindade de Lira Silva (UFCG)

ORIENTADOR

Prof.^a Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa (UFCG)

EXAMINADORA

Prof.^a Me. Juliana e Silva de Oliveira (UFCG)

EXAMINADORA

SOUSA/PB

2021

Dedico meu Trabalho de Conclusão de Curso a Deus, aos meus pais, Francisca e Antonio e, de forma especial, a minha querida avó Josefa Cazuza (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

De início, agradecer a Deus, por me conceder a vida, as bênçãos, conquistas, aprendizados e estar sempre presente e guiar cada passo meu.

Agradecer a minha mãe Francisca Cazuzza e ao meu pai Antonio Severino por estarem sempre ao meu lado e sendo minha fortaleza, por me ensinarem o caminho e sentido da vida, através da honestidade e educação. Essa conquista é minha, mas é principalmente de vocês, porque eu sei o quanto queria ver seus três filhos com ensino superior. Amo vocês. Obrigada por tudo.

Ao meu irmão Alan, por ter sido sempre presente todas as vezes que precisei e que nunca deixou de me dar atenção e cuidado. A Alex, meu irmão, agradeço por toda ajuda e, principalmente na construção desse TCC ser sempre alegre e deixar esse processo menos tenso.

A toda minha família que, direta ou indiretamente, contribuíram pra meu desenvolvimento nessa conquista. Em especial minhas avós Josefa Cazuzza (*in memoriam*) e Joaquim Pereira (*in memoriam*) e Maria Severino e, meu avô, João Rodrigues.

Agradeço a todas minhas amigadas construídas durante o período de tempo passado na UFCG, em especial a Aline, que foi minha dupla nas angústias e alegrias, como também a todos que fazem parte da turma 2017.1 do curso de Serviço Social, que em trocas de afeto deixaram os dias mais leves naquela universidade.

É preciso deixar posto aqui à importância da Residência feminina do CCJS que, apesar das adversidades e dificuldades, me acolheu e proporcionou momentos únicos. Mas, o quarto 15 trouxe e foi, sem dúvidas, o melhor presente. Fernanda Valentin, Ana Lúcia e Bárbara Dias foram essenciais para dividir o fardo que é viver longe da família. O carinho que tenho por vocês é imenso e conviver com vocês foi prazeroso.

Aos demais familiares e todas minhas amigadas, em especial, Polly, Duda, Dany, Rhuan, Diogo, Heloísa, Isadora, Estefany, Cecília, Emmilly, Selma (*in memoriam*), entre outros, que estiveram presentes comigo.

Agradecer as pessoas que fazem parte da Secretaria de Assistência Social de Sousa-PB, em especial minha supervisora acadêmica Ilva Souza, que ensinou de forma ímpar a prática

profissional do/a assistente social. Cada parecer, relatório, reuniões, eventos e, principalmente, as visitas domiciliares demonstrou a importância da profissão.

Agradeço também a todos/as professores/as que contribuíram para minha formação acadêmica e humana. Em especial a Reginaldo França, Suamy Soares, Vanessa Eidan, Mayéwe Alves, Cibelly Michalane, André Menezes, Tatiana Raulino, Juliana Oliveira, Larissa Almeida. Desfrutar de um corpo docente como esses é incrível.

Por fim, e não menos importante, o meu orientador Hiago Trindade que, apesar de não ter sido meu professor anteriormente e, somente das disciplinas para o TCC de forma remota, foi extremamente dedicado e responsável. Todo texto, aula, debate, correção, exemplo, crítica e elogio ao meu trabalho. Obrigada por toda paciência e segurança que me proporcionou para a construção do trabalho.

Foi um processo pelo qual durante a construção houve momentos desmotivadores, contudo, me mostrou que posso acreditar na minha capacidade. Ademais, é só reforçar os agradecimentos a Deus, minha família, meus amigos e amigas, professores/as e orientador. Obrigada.

RESUMO

Com o surgimento do capitalismo e sua estratégia de exploração extenuada dos/as trabalhadores/as se revelam, cada vez mais, as consequências negativas que atingem de modo perverso essa classe tanto no campo objetivo quanto no subjetivo. Desta forma, estudiosos tem se dedicado a entender as alterações no mundo do trabalho e de que maneira esses mudanças tem afetado a saúde dos/as trabalhadores/as. A partir desse entendimento o presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o trabalho e o adoecimento mental dos/as assistentes sociais do município de Sousa/PB, considerando este/a profissional como trabalhador/a assalariado/a, através de discussões e análises acerca das antigas e atuais configurações do trabalho bem como mediante estudos pautados no campo da saúde do/a trabalhador/a e da precarização subjetiva. Para isto, utilizamos da pesquisa qualitativa, pois era fundamental a obtenção de respostas mais contextualizadas acerca do trabalho desses/as profissionais. A pesquisa constou de três etapas, respectivamente: a pesquisa bibliográfica, posteriormente, entrevista semiestruturada feita aos/as assistentes sociais da Assistência Social e Saúde do município de Sousa/PB com a realização de perguntas em forma de roteiro direcionadas ao problema e concluindo com a análise das informações coletadas. Os/as participantes da pesquisa corresponderam a quatro assistentes sociais da Política de Saúde e Assistência Social do município de Sousa/PB. Os dados revelaram no que circunscreve os aspectos objetivos do trabalho tais como baixos salários, insegurança no emprego, sobrecarga de trabalho, dentre outros elementos que também impactam diretamente nas condições subjetivas dos/as assistentes sociais e demarcam uma preocupante realidade vivenciada por estes/as profissionais na realidade atual. Isso posto, é de suma importância tratar sobre a realidade dos/as assistentes sociais no que tange o trabalho e o adoecimento mental desses/as profissionais.

Palavras-chave: Adoecimento. Desgaste mental. Precarização. Trabalho.

ABSTRACT

With the emergence of capitalism and its strategy of exhausted exploitation of workers, the negative consequences that pervade this class both in the objective and in the subjective field are increasingly revealed. In this way, scholars have been dedicated to understanding the changes in the world of work and how these changes have affected the health of workers. Based on this understanding, the present work aims to discuss the work and mental illness of social workers in the municipality of Sousa/PB, considering this professional as a worker, through discussions and analyzes about the old and current work configurations as well as studies based on the health of the worker and subjective precariousness. For this, we used qualitative research, as it was essential to obtain more contextualized answers about the work of these professionals. The research consisted of three stages, respectively: the bibliographic research, afterwards, a semi-structured interview made to the social workers of Social Assistance and Health in the municipality of Sousa/PB with questions in the form of a script directed to the problem and concluding with the analysis of the information collected. The research participants corresponded to four social workers from the Health and Social Assistance Policy in the municipality of Sousa/PB. The data was revealing in what circumscribes the objective aspects of work such as low wages, job insecurity, work overload, among other elements that also directly impact on the subjective conditions of social workers and demarcate a worrying reality experienced by these professionals in today's reality. That said, it is extremely important to deal with the reality of social workers in terms of work and mental illness of these professionals.

Keywords: Illness. Mental wear and tear. Precariousness. Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCLE - Termo de Livre Consentimento Esclarecido

PL - Projeto de Lei

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O TRABALHO: ANTIGAS E ATUAIS CONFIGURAÇÕES.....	14
2.1.	O trabalho e o capitalismo.....	14
2.2.	Crise do capital e suas implicações para classe trabalhadora.....	18
2.3.	A precarização do trabalho no contexto de crise: tendências contemporâneas.....	22
3	SAÚDE DO/A TRABALHADOR/A E A “PRECARIZAÇÃO SUBJETIVA..	27
3.1.	Saúde do/a trabalhador/a: um percurso de entraves e conquistas.....	27
3.2.	O papel da “precarização subjetiva” na sociedade contemporânea.....	33
4.	PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O/A ASSISTENTE SOCIAL.....	41
4.1.	O/A assistente social como trabalhador/a assalariado/a.....	41
4.2.	Impactos causados a profissão e o adoecimento mental dos/as assistentes sociais na cidade de Sousa/PB: o que revelam os dados?	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado com o intuito de desvelar a realidade dos/as assistentes sociais em atividade na Política de Saúde e de Assistência Social no município de Sousa/PB levando em consideração, principalmente, as atuais configurações do mundo do trabalho em que se circunscrevem estes/as profissionais. Tendo em vista que os desafios se acentuam na contemporaneidade em consequência das vigentes determinações político-econômicas tecemos um olhar crítico no tocante a precarização do trabalho dos/as assistentes sociais e de como tem se configurado os impactos na saúde e os desafios postos ao trabalho e exercício profissional dessa categoria a partir desses determinantes.

Portanto, como ponto central, analisamos o adoecimento mental como resultado das desgastantes condições de trabalho em que os/as assistentes sociais estão submetidos/as, elucidando principalmente, de que modo ele se expressa na atualidade. Assim sendo, entende-se que a discussão acerca desse tema possibilita uma reflexão sobre as condições de trabalho desses/as profissionais considerando, sobretudo, os impactos causados a saúde mental diante da precarização no atual contexto de crise e de pandemia.

No primeiro capítulo trouxemos a concepção de trabalho e suas as antigas e atuais configurações. Portanto, explanamos sobre o trabalho no seu sentido ontológico, no qual respondia somente as necessidades do homem na sua interação com a natureza e como categoria fundante do ser social, bem como da maneira que ele está sendo apropriado pela sociedade capitalista em que já não é mais somente destinado a atender as necessidades do homem, mas desenvolve-se forçado a responder os desejos do capital, usando como base do sistema a exploração da força de trabalho.

Além disso, para o entendimento do processo de precarização do trabalho usufruímos de estudos sobre a crise do capital e as implicações para a classe trabalhadora o que permitiu explicar sobre a crise de 1970, bem como a crise dos modelos taylorista e fordista, que culminou na adesão de um novo padrão de produção e de mudanças na organização e gestão do trabalho. Nesse contexto de crise, que se inseriu reestruturação produtiva e a acumulação flexível, pudemos entender a precarização do trabalho e suas tendências contemporâneas, assim, sendo possível relacionar as mais variadas formas de precarização com o trabalho assalariado.

Nessa perspectiva, o segundo capítulo trata da saúde do/a trabalhador/a enfatizando o percurso de entraves e conquistas da saúde através da sua história, o que possibilitou compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde-doença, em especial na ênfase às

questões relacionadas ao adoecimento mental. Além disso, o capítulo apresenta o papel da precarização subjetiva¹ na sociedade contemporânea abordando a relação do trabalho dominado com a saúde mental dos/as trabalhadores/as.

No terceiro capítulo, propusemos relacionar a precarização do trabalho e o/a profissional de Serviço Social partindo do ponto de vista do/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a. Ainda discorremos acerca da especificidade do trabalho e elementos da profissão de Serviço Social para o entendimento e as implicações de o Serviço Social ser parte integrante da classe trabalhadora. Além disso, a partir dos dados revelados na pesquisa empírica, desvelamos os impactos causados a profissão e o adoecimento mental dos/as assistentes sociais na cidade de Sousa/PB evidenciando as condições de trabalho que inserem estes/as profissionais, seja nas jornadas de trabalho, na instabilidade de emprego, nas formas de contratação, no assédio moral, dentre outros elementos.

Assim, para a realização deste trabalho com a problemática que ele propõe, optamos desenvolver uma pesquisa qualitativa partindo da percepção que nos possibilita entender de modo mais detalhado o objeto investigado. A pesquisa constou de três etapas: pesquisa bibliográfica, entrevista *on-line*² feita aos/as assistentes sociais da Assistência Social e Saúde do município de Sousa/PB e da análise das informações coletadas. Os/as participantes condizem a quatro assistentes sociais³ que estão em atividade no município de Sousa/PB, seja na Política de Saúde ou Assistência Social⁴. Para manter o sigilo dos sujeitos da pesquisa, de acordo com os princípios éticos de uma pesquisa envolvendo seres humanos, os nomes dos/as participantes foram substituídos por nomes de plantas presentes no nordeste brasileiro.

O levantamento bibliográfico trouxe estudos relacionados ao trabalho, à precarização, a saúde, ao adoecimento mental e a temas referentes à profissão de Serviço Social. Para isto, utilizamos de discussões de autores e autoras, a exemplo de Karl Marx (1985), Ricardo Antunes (2013), Giovanni Alves (2008), Christophe Dejours (2009), Edith Seligmann-Silva (2011), Damares Vicente (2018), Danièle Linhart (2014), Rachel Raichelis (2018), Marilda Vilela Yamamoto (2010), dentre outros/as.

1 A precarização subjetiva é aquela que a partir do contexto laboral reflete na vida dos/as trabalhadores/as de modo negativo, impactando, como exemplo, com sofrimento, desgaste e adoecimento (SELIGMANN-SILVA, 2011). A precarização subjetiva será mais bem aprofundada em outros capítulos deste trabalho.

2 Entrevista que pode ser organizada de maneira sincrônica, como por exemplo, a vídeo-chamada, ou assíncronica que se trata do envio de questionário para posteriormente ter o retorno de respostas (FLICK, 2013).

3 Foram convidados/as a participar da pesquisa oito assistentes sociais e, dentre esses/as, quatro aceitaram e retornaram o roteiro em tempo hábil.

4 Optamos pela Política de Saúde e de Assistência Social considerando que são os espaços mais expressivos de assistentes sociais em Sousa/PB.

A pesquisa foi executada através de envio do questionário por e-mail aos/as participantes. Foi também dada a alternativa de participação da entrevista *on-line* síncrona por vídeo-chamada, porém a totalidade dos/as participantes preferiu participar via e-mail. Procuramos entender por meio das questões formuladas no questionário (cf. Apêndice 1), como se configuram as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e de como elas se relacionam com o adoecimento mental desses/as profissionais das políticas de saúde e assistência social desse município.

Contudo, devido o atual cenário marcado pela pandemia da Covid-19 prejudicou a mobilização dos/as assistentes sociais, tanto na localização e contato com esses/as profissionais quanto na dificuldade de uso das tecnologias para retorno da pesquisa.

A escolha do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso se deu a partir dos debates proporcionados pelas disciplinas Trabalho e Sociabilidade, Saúde Mental, Ética Profissional e Debate Contemporâneo do Serviço Social, além da vivência no Estágio I e em relação à percepção do atual cenário que os/as trabalhadores/as sendo, portanto, necessário um olhar para este tema.

Na oportunidade, enfatizamos a importância dos estudos acerca dos processos de precarização do trabalho a partir da nova fase do capitalismo demonstrando os rebatimentos nos processos de trabalho, bem como na saúde do trabalhador/a, apontando demandas e as condições para o exercício profissional dos/as assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais e elencando as principais dificuldades em que os/as profissionais enfrentam no contexto atual de Sousa-PB. Com isso, tem-se a análise desses fatores e como incidem nos processos de saúde-adoecimento do/a profissional nesse referido município enfatizando principalmente a questão da saúde mental desses/as profissionais.

2 O TRABALHO: ANTIGAS E ATUAIS CONFIGURAÇÕES

2.1. O trabalho e o capitalismo

Em sua gênese e desenvolvimento, no sentido ontológico, o trabalho assume para o homem um lugar no processo de humanização. Assim, o trabalho “[...] é a forma fundamental, mais simples e elementar daqueles complexos cuja interação dinâmica constitui-se na especificidade do ser social” (ANTUNES, 2009, p. 141).

As condições materiais de sobrevivência dos seres humanos e de reprodução da sociedade, como abordam os autores Netto e Braz (2006), são adquiridas quando é realizada a modificação de matérias naturais, em que o homem modifica a natureza – e ao fazer essa alteração transforma a si próprio –, em objetos que respondam as suas necessidades. O trabalho é essa interação dos homens e das mulheres com a natureza, e na transformação dela para suprir suas necessidades e as formas de satisfações, em que são determinadas a depender de cada momento histórico.

É a partir da interação do homem com a natureza para satisfazer as necessidades e manter a sobrevivência. Como aborda Marx (1985),

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1985, p. 297).

Sendo o trabalho uma “forma em que pertence exclusivamente ao homem” (p. 298), Marx (1985) ainda acrescenta que os homens têm a capacidade da prévia ideação. Ou seja, tem a aptidão de planejar, no nível da consciência, o objeto, as formas de alcançá-lo e as ações anteriormente a sua execução. Dessa forma, é a característica que distingue o ser humano dos animais. Estes últimos suprem suas necessidades conforme seus instintos. Os seres humanos, por sua vez, têm a capacidade da prévia ideação e a habilidade de suprir suas necessidades e desejos de acordo com suas vontades. Ainda de acordo com Marx,

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera (MARX, 1985, p.298).

Assim, o homem idealiza em mente o que fazer e como fazer, respectivamente, os fins e meios. É preciso destacar que entre o sujeito e o objeto ou matéria-prima há sempre um instrumento, no qual faz parte do desenvolvimento do trabalho. É o instrumento que possibilitará melhor maneira ao homem de execução do seu trabalho.

Portanto, no processo de trabalho, o homem anteriormente planeja o produto, se apropria de instrumentos que facilitam o desenvolvimento do produto, aporta-se dos objetos de trabalho e, por fim, com o uso deles e das ferramentas, tem-se o resultado desse processo. Esse resultado é um produto no qual tem valor de uso, e se caracteriza como um trabalho concreto (MARX, 1985).

O trabalho é sempre atividade coletiva, a partir do entendimento que diretamente ou indiretamente há a participação/interação/contribuição de outros sujeitos no desenvolvimento do objeto, ou seja, mesmo que o objeto seja construído individualmente sempre há um acúmulo de conhecimento alcançado pela sociedade.

É nesse sentido que o trabalho possibilita a constituição do ser social. É esse caráter coletivo, de socialização do conhecimento e de definições no processo de trabalho, que se define como social. E, portanto, o trabalho sendo uma atividade pertencente unicamente ao homem, é a categoria fundante do ser social.

Contudo, com a propriedade privada dos meios de produção e com uma complexa divisão do trabalho, surge e se consolida o modo de produção capitalista. O trabalho, nos moldes desse sistema, adquire significativamente modificações em suas particularidades (TRINDADE, 2015).

Assim, o trabalho tornou-se não mais somente a ação para responder as necessidades do homem, na sua interação com a natureza e como categoria fundante do ser social. Ele assumiu predominantemente o caráter abstrato. Em síntese, o “trabalho assume a forma de trabalho abstrato, cuja finalidade é reprodução do capital antes de garantir a reprodução dos próprios homens” (SABINO, 2014, p. 140).

Sendo assim, na sociedade capitalista, o trabalho é apropriado para atender o capital. Logo o trabalho é não mais destinado somente a atender as necessidades do homem, no seu sentido ontológico, mas é forçado a responder os anseios do capital, usando como base do sistema a exploração da força de trabalho,

Na produção mercantil capitalista essa propriedade não cabe ao produtor direto, mas ao capitalista (ao burguês). Aqui, desaparece o trabalho pessoal do proprietário: o capitalista é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem trabalha — ele compra a força de trabalho que, com os meios de produção que lhe pertencem, vai produzir mercadorias (NETTO; BRAZ, 2006, p.83).

Mas, como define Antunes (2008), “se a vida humana se resumisse exclusivamente ao trabalho, seria a efetivação de um esforço penoso, aprisionando o ser social em uma única de suas múltiplas dimensões” (p. 02). Ou seja, o trabalho tornou-se predominantemente alienante e algo que, em vez de contribuir para a satisfação das necessidades e do desenvolvimento de potencialidades do ser humano, a degrada, cada dia com mais intensidade.

Em síntese, no capitalismo,

[...] o trabalho ganha novos contornos, deixando de fazer-se exclusivamente, em sua forma concreta, ou ainda, por meio daquelas formas mediadas por outras determinações que não extinguiam, por completo, o domínio dos homens sobre seus instrumentos de trabalho, o conhecimento completo do processo de produção. Trata-se da sobreposição do trabalho abstrato ao trabalho concreto e, conjuntamente, a disseminação de sua face exploradora, alienante, fetichizante ou, para sermos precisos: desumanizante! (TRINDADE, 2015, p. 40).

Nesse sistema, que tem o incessante intuito de produzir e acumular bens e riquezas, o ser humano passa a ter a funcionalidade apenas como força de trabalho⁵. Seus desejos e necessidades são usurpados pelo sistema, ao passo em que o objetivo é voltado para a valorização e a acumulação de capital. Assim, o ser humano é visto como um instrumento/mercadoria em que realiza somente as atividades destinadas para lucro do capital, e desprezado enquanto um ser que tem vida.

Sendo assim, no modo de produção capitalista os acordos entre donos dos meios de produção e os/as trabalhadores/as são realizados através de contratos de trabalho que demarcam as relações jurídicas entre eles. Contudo, o contrato de trabalho não revela uma igualdade entre os sujeitos, mas sim como uma forma de reforçar a submissão da classe trabalhadora em detrimento do capital. Em síntese,

O trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salário. Desse modo põe-se a funcionar o processo de trabalho, o qual embora seja em geral um processo para criar valores úteis tornou-se agora especificamente um processo para a expansão do capital, para a criação de um lucro. A partir desse ponto, torna-se temerário encarar o processo de trabalho puramente de um ponto de vista técnico, como simples modo de trabalho. E, além do mais, é este último aspecto que domina a mente e atividades do capitalista, a cujas mãos passou o controle sobre o processo de trabalho (BRAVERMAN, 1987, p. 55-56).

Portanto, como aborda Marx (1985), o capitalista compra os meios de produção e a força de trabalho e passa a usá-la e explorá-la, da forma que obtenha mais e melhores lucros. Ainda o/a trabalhador/a realiza o trabalho sob o comando do capitalista, ou seja, a produção é

⁵ Trata-se da energia humana empregada pelo/a trabalhador/a para produção de um objeto que, pelo processo de trabalho atrelado aos instrumentos, possibilite a satisfação de necessidades (NETTO, BRAZ, 2006).

desempenhada com as ordens do dono dos meios de produção. Além disso, o produto é propriedade exclusiva do capitalista, que afasta o/a trabalhador/a da mercadoria que ele/a mesmo/a produziu. Em suma,

Desse processo de trabalho na sociedade capitalista, tem-se como resultante a desrealização do ser social. Desenvolve-se um trabalho que se desefetiva em seu processo de trabalho. O resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio e estranho ao produtor. Tem-se, então, que essa realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador (ANTUNES, 2005, p. 70).

Assim, para a obtenção do lucro sob a forma de mais-valia, ocorrida na passagem da manufatura para a produção mecanizada, seria necessário o aumento do consumo produtivo da força de trabalho. Na produção com o uso de máquinas são usadas estratégias e atribuídas características aos processos produtivos que envolvem vantagens do detentor do poder em relação ao/a trabalhador/a.

Tem-se o aumento da exploração para conseguir extrair o máximo de trabalho excedente, padrões de organização, estabelecimento de metas, em instigar a competitividade entre trabalhadores/as, além de jornadas de trabalho com duração e intensificação maiores do trabalho humano, que são, respectivamente, referentes à mais-valia absoluta e relativa, caracterizadas por Marx (1985): a “mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa” (p. 431-432).

Sendo assim, o capital estabelece ao/a trabalhador/a maior exploração da força de trabalho, que são definidas entre o tempo de trabalho excedentes e o tempo de trabalho que é necessário, para a composição do que recebe sob a forma de salário. Assim, quanto mais o/a trabalhador/a é submetido a trabalhar sob essas condições mais é explorado/a. Ou seja,

A produção mercantil capitalista assenta na exploração da força de trabalho, que o capitalista compra mediante o salário. Os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provêm da circulação: sua origem está na exploração do trabalho — reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelo capitalista (NETTO; BRAZ, 2006, p. 83).

De acordo com Pinto (2007), quando houve a apropriação das terras, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho, implementou-se a estrutura na qual os empregadores capitalistas comandavam o planejamento e a chefia das atividades de trabalho. Com essa estrutura de mando, os empregadores capitalistas detiveram todos os meios para lucrar em

detrimento dos/as trabalhadores/as, que por sua vez, recebiam apenas salários em troca do trabalho.

Nesse caso, há a desagregação do produtor com seus meios de produção. Ou seja, o capitalista se apropria dos meios de produção e de sobrevivência e transforma o produtor em trabalhador/a assalariado/a. Essa é a primeira estratégia utilizada pelo capital para sua valorização e a primeira forma de subalternidade do trabalho. É essa característica que Marx se refere, a subsunção formal, em que o capital se apropria da força de trabalho e dos meios de produção para o seu crescimento, utilizando-se dos/as trabalhadores/as para a retirada da mais-valia.

2.2. Crise do capital e suas implicações para classe trabalhadora

Para tratar acerca do processo de precarização na realidade contemporânea é preciso anteriormente explicar sobre a crise de 1970, bem como a crise dos modelos taylorista e fordista, que culminou na adesão de um novo padrão de produção e de mudanças na organização e gestão do trabalho.

Mas, antes disso, é válido ressaltar que as crises simbolizam uma assimetria entre a produção e o consumo, ou seja, o processo de acumulação é afetado tendo em vista que são produzidos um quantitativo de mercadorias maior que a população pode comprar. Além disso, por meio das crises, o capital consegue remodelar suas estratégias para a retomada do seu crescimento. Também é necessário acentuar que os capitalistas são ameaçados com os impactos da crise enquanto os/as trabalhadores/as sentem a dominação de modo exacerbado (MOTA, 2009).

É importante salientar que os “anos que se seguiram ao período de reconstrução do segundo pós-guerra, estendendo-se até os anos 70, nos países centrais, foram marcados por uma fase de expansão do capitalismo” (MOTA, 2009, p. 55), com o aumento do desenvolvimento econômico, de empregos, salários. Além disso, uma sólida intervenção estatal que possibilitou a criação de mecanismos para a reprodução dos/as trabalhadores/as, tornando-se decisivos no âmbito político e social.

Com a “construção do pacto fordista-keynesiano (BIHR,1998), marcado pelas mobilizações sindicais e partidárias dos trabalhadores” (MOTA, 2009, p. 55-56), fez com que, através de reivindicações, o capital enxergasse as necessidades sociais, principalmente no que se refere a proteção social e alterações nas legislações trabalhistas, originando o Welfare State, que, atrelou a economia às necessidades da classe trabalhadora. Com isso, as políticas

públicas e sociais, além dos salários reais, permitiram aos/às trabalhadores/as a condição para compra, dando abertura para a produção e consumo em massa. Contudo, com

A crise estrutural do capital, que começamos a experimentar os anos 1970, relaciona-se, na realidade, a algo muito mais modesto que as tais condições absolutas. Significa apenas que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, as também pressagia uma falha em sua função vital de deslocar as contradições acumuladas no sistema (MÉZSÁROS, 2010, p. 76).

Entretanto, é preciso ressaltar que os acontecimentos nos países periféricos não se assemelhavam com a ascensão da economia e ao desenvolvimento capitalista dos países centrais. O que nos países subdesenvolvidos ocorria era a “defesa do desenvolvimentismo como meio de integração desses países à ordem econômica mundial” com o uso do crédito dos países desenvolvidos através de empréstimos para o custeio da expansão capitalista e, apenas nos anos 1970, tornaram-se espaço para investimentos produtivos (MOTA, 2009). Mas, com os anos sucessivos da década de 1970, com a crise do capital e as crises do Petróleo, culminou em

[...] grandes variações nas taxas de câmbio da economia, acentuando a internacionalização e o crescente volume de investimentos em capitais financeiros, o incremento do avanço tecnológico, acarretando uma instabilidade macroeconômica nos investimentos produtivos industriais. Com isso, os modelos produtivos presentes no taylorismo e no fordismo tiveram que ser totalmente reestruturados, sem, contudo, transformar as bases fundamentais do modo de produção capitalista – daí a nomenclatura de Reestruturação Produtiva – passando ao atual estágio de acumulação flexível (DANTAS, 2013, p. 04).

É fruto dessa conjuntura de crise que se insere a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho e, também, a omissão do capital em relação às necessidades dos/as trabalhadores/as. É nesse contexto que, de acordo com Alves (1999, p. 68), “é a partir da nova crise do capital, sob o impulso das políticas neoliberais e do complexo de reestruturação produtiva, que a classe operária industrial declina nos principais países capitalistas”. Portanto, é necessário falar sobre esses elementos, pois foram a partir deles que ocorreram as implicações para a classe trabalhadora, sendo assim, cruciais para a explicação desse processo de precarização. Em síntese,

Com a crise dos modelos de produção taylorista e fordista a partir da década de 1960, fez-se necessário à adoção de um novo modelo de organização produtiva, de circulação e de divisão dos processos de sistematização do trabalho. É nesse contexto que se insere a Reestruturação Produtiva, pautado no modelo de flexibilização no qual o trabalhador passa a ser considerado como polivalente, demandando uma maior qualificação para ele, evidenciando as novas formas de exploração do trabalhador pelo capital (DANTAS, 2013, p. 02).

Nesse sentido, o processo de Reestruturação Produtiva surge como solução da crise e como retomada dos lucros capitalistas. É um processo no qual afeta a organização da sociedade, o mundo do trabalho bem como as relações capital/trabalho/Estado. Sendo assim, tem como “saldo” dessa remodelação a desregulamentação do trabalho, desemprego, exploração da força de trabalho, entre outros resultados desse processo, como também a precarização, que será explanada no próximo item.

As organizações do trabalho⁶ foram adotadas pela produção dos moldes capitalistas, sobretudo a partir do século XVIII, em virtude de planejar, estudar, entender as etapas da produção e condições para elaboração de estratégias gerenciais-burguesas. Nesse sentido,

[...] a organização do trabalho foi elevada à categoria de matéria do conhecimento a ser conquistada com base na luta política e econômica explícita entre o empresariado (classe proprietária dos meios de produção e compradora de força de trabalho) e os trabalhadores (classe social expropriada nesse processo e cuja existência atual exige vender sua capacidade de trabalho em troca de salários). Enquanto aos últimos, tal conhecimento passou a ser um dos poucos meios de assegurar sua subsistência e, portanto, suas condições mínimas de saúde física e mental (além de direitos sociais, civis e políticos, básicos, frente ao desemprego e à queda dos salários tornada crônica a partir de então), ao empresariado tal conhecimento tornou-se um importante meio de controle social, econômico e político da classe trabalhadora, com o objetivo de manter em funcionamento o sistema de acumulação de capital (PINTO, 2007, p. 14).

Ainda de acordo com o autor acima indicado, a partir das últimas décadas do século XIX, quando se deu de fato a industrialização “como atividade econômica básica do sistema capitalista” (p.16), a acumulação de capital fez ampliar o mercado, a tecnologia e a inovação industrial. Foram então usadas estratégias para o crescimento da produção, padronizar a qualidade dos produtos, diminuir custos, e o aumento do controle sobre os/as trabalhadores/as. Além disso, principalmente no final do século XIX, foram adotadas a estratégias de ameaça de desemprego e de baixos salários para os/as trabalhadores/as (PINTO, 2007). Tais estratégias produziram e permanecem gerando graus diferenciados de precarização. Em vista disso, a precarização se expressou a partir dos distintos modelos de organização do trabalho da sociedade capitalista: o taylorismo, o fordismo e o toyotismo.

O taylorismo é marcado pela intensificação do trabalho através da cronometragem e uniformização da produção. O/A trabalhador/a teria que empregar toda sua capacidade de

⁶ Mecanismos para obtenção de melhorias e a redução de gastos para produção foram sendo estudados, tendenciando para elaboração de sistemas de organização de trabalho, já que é “fundamental para o capitalista que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para as suas próprias” (BRAVERMAN, 1987, p. 59).

trabalho para cumprir as metas que a empresa definia. Além disso, esse sistema de organização do trabalho desqualifica e aliena os/as trabalhadores/as e favorece o fortalecimento da produção. Nesse sentido, a força de trabalho passou a desempenhar suas atividades em um ritmo acelerado e constante para tornar a produção cada vez maior, colocando a subjetividade do/a trabalhador/a como algo desprezível (PINTO, 2007).

O fordismo se sustenta na produção em massa para evitar desperdícios de produtos e de tempo dos/as trabalhadores/as, e para diminuir os custos da produção. O parcelamento de funções sob um mesmo produto, na repetição de gestos, em que cada trabalhador/a é encarregado/a de fazer uma parte de um produto. Nesse sentido, os/as trabalhadores/as são uniformizados/as a um padrão de produção que gera o trabalho desqualificado (GOUNET, 1999).

Portanto, no fordismo sobressaía-se a produção em série e busca para extrair dos/as trabalhadores/as o máximo de eficácia das jornadas de trabalho em que a todo tempo agregasse lucro para o capital. Sendo assim, essas duas organizações de trabalho que se complementam no âmbito das unidades produtivas,

[...] à medida que a intervenção crítica dos trabalhadores e o tempo de treinamento no exercício de suas funções são postos como elementos a serem definitivamente eliminados do ambiente de trabalho, o conceito de “flexibilidade” na organização taylorista/fordista está na capacidade de substituição direta e rápida dos trabalhadores, sem nenhum custo em termos de qualidade e de produtividade para o sistema produtivo como um todo, o qual se mantém rígido e estático em suas condições ao longo do tempo, como uma grande máquina formada de peças humanas apáticas que funciona, dia e noite, automaticamente (PINTO, 2007, p. 35).

Contudo, o padrão de desenvolvimento fordista entra em crise em finais dos anos 60, nos países de capitalismo central, tendo em vista que não corresponde ao desenvolvimento do capital e é adotado o toyotismo como o novo modelo de organização do trabalho.

Sob a égide do toyotismo marcado pela redução do operariado do espaço fabril (“empresa enxuta”), pela polivalência, aumento do controle e intensificação, programação de máquinas, coordenação da produção, sistema *Kanban*⁷, o método *just in time*⁸, entre outras características, se consagrou (ainda que sem abandonar, completamente, os princípios anteriores) uma forma de gestão que precariza ainda mais a vida do/a trabalhador/a. Ou seja, no toyotismo,

7 Sistema de informações e transporte interno das fábricas.

8 “(...) a produção estritamente ajustada às demandas do mercado, efetivada de modo a não gerar desperdícios nem de espaço, nem de materiais, nem de humanos, nem de tempo” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 172).

Por um lado, seu sistema de supermercado torna os métodos de produção sensíveis às flutuações de mercado. Por outro, sua organização do trabalho baseia-se em uma maior responsabilidade das equipes de trabalhadores na produção, em especial para fazer frente às flutuações da demanda e para gerir as máquinas sob seu controle (GOUNET, 1999, p. 67).

Além disso, no toyotismo é utilizado um número mínimo de trabalhadores/as, com direitos flexíveis, com subcontratação e trabalho temporário. Nesse sistema se efetiva a flexibilização dos/as trabalhadores/as, bem como da produção. Tais características do capitalismo implicaram na precarização de trabalho, assunto que será tratado no próximo tópico, levando em consideração as crises do capital, bem como a crise dos modelos taylorista e fordista e a adesão do toyotismo.

2.3. A precarização do trabalho no contexto de crise: tendências contemporâneas

Como destacado por Seligmann-Silva (2011), o capital, com suas particularidades e interesses, tende a extrair o maior rendimento da produção bem como estabelecer a subordinação dos/as trabalhadores/as com a máxima intensidade.

Como abordado no item anterior, é sabido que a partir dos anos 1970 o capitalismo adotou uma estratégia para tentar recuperar a sua hegemonia e seu padrão de acumulação. O método utilizado foram às antigas e novas modalidades de trabalho, sendo utilizadas as mais variadas formas de gestão da força de trabalho, estas assentadas em diversas formas de precarização com intuito de “recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa” (ANTUNES, 2008, p. 04).

É nesse sentido que se faz necessária a explanação acerca do trabalho assalariado e a precarização, em que é preciso entender, como aborda Antunes (2005),

[...] o que é a classe trabalhadora hoje, que compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção, não tendo outra alternativa de sobrevivência senão a de vender sua força de trabalho sob a forma do assalariamento (ANTUNES, 2005, p.48-49).

Sendo assim, enquanto os/as trabalhadores/as detém apenas da força de trabalho o capital detentor dos meios de produção somado as novas estratégias de obtenção de lucro através da reestruturação produtiva, conseguiu o aumento da lucratividade enquanto a classe trabalhadora passa a sofrer problemáticas e reconfigurações nas formas de assalariamento. Tais como intensificação do trabalho e a precarização do trabalho que, atreladas, deram

origem a novos impactos no ambiente laboral e também fora dele, como acidentes e adoecimentos para os/as trabalhadores/as.

Com essa atualização da precarização do trabalho a partir da acumulação flexível e dos novos moldes do capitalismo o trabalho passou a ser ainda mais penoso, tendo em vista que foram implementadas novas formas de intensificação do trabalho, exploração, desemprego, dentre outras, que favorecem a precarização. Em concordância, Mészáros (2010) destaca que “E para onde tudo isso conduz? O capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar de modo absoluto” (p. 79).

Assim, a precarização por um lado é essencial a lógica capitalista e por outro uma forma específica na qual o processo de exploração do trabalho assume no seu contexto de crise (PRAUN, 2014). Ou seja, a precarização não é permanente, ela varia de acordo com cada conjuntura. Portanto, a precarização é e se expressa como um

[...] movimento de desconstrução da relação salarial constituída no período histórico do capitalismo do pós-guerra. Assim, a precarização do trabalho teria um sentido objetivo de perda da razão social do trabalho por conta de mudanças na ordem salarial que implicariam a perda (ou corrosão) de direitos do trabalho. Nesse caso, a precarização do trabalho seria entendida como o desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria. A vigência do novo capitalismo flexível, com o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível, presume a precarização da força de trabalho (ALVES, 2013, p.12).

Portanto, na atualidade, a precarização não só se manifesta através da precarização do trabalho, mas também na anulação do homem-que-trabalha enquanto um ser humano-genérico, impactando diretamente na saúde do/a trabalhador/a, a exemplo, na degradação das condições de vida e existência, representando assim a precarização social, de saúde e da vida da classe trabalhadora (ALVES, 2013).

É possível observar que, diante da crise do Coronavírus, se nota que o âmbito econômico, político, social e ideológico em escala mundial estão sendo afetados e que são acentuadas estratégias capitalistas e os efeitos perversos do neoliberalismo (DRUCK, 2021). A precarização, portanto, é modulada, e que o no contexto atual, ainda de acordo com Druck (2021), se apresenta

Além dos índices de desemprego, de subutilização da força de trabalho, da informalidade atingirem níveis altíssimos em três meses de pandemia, com fechamento de postos de trabalho e de redução das atividades informais, com queda de rendimentos, vale registrar o processo de precarização para aqueles que continuaram trabalhando, caso mais perverso para os que estavam inseridos nas atividades essenciais. Ao mesmo tempo em que se sentiam aliviados por manter seus

empregos ou sua atividade, sabiam que para isso arriscavam a vida diariamente, pelos riscos de contaminação. Eram os que estavam nas áreas de alimentação, transportes, saúde, serviços domésticos, segurança e outros serviços. A compulsoriedade do trabalho domiciliar, através do home office, por exemplo, reconfigurou completamente o ambiente, as relações e as condições de trabalho, obrigando a jornadas mais extensas, sofrimento com o uso de novas tecnologias para as quais não havia treinamento, com um alto custo de insumos e recursos agora totalmente suportados pelos próprios trabalhadores, o isolamento social sem a convivência e apoio dos colegas de trabalho (DRUCK, 2021, p. 24).

Nesse sentido, se dá a relação precarização e trabalho assalariado, partindo do princípio que o próprio jogo do capitalismo e das organizações de trabalho⁹ fundamenta as condições laborais dos/as trabalhadores/as. Como enfatiza Antunes (2005), “Nessa (nova) morfologia da classe trabalhadora, sua conformação é ainda mais fragmentada, heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo” (ANTUNES, 2005, p.52). A precarização é, portanto,

[...] expressão dos processos de exploração a que estão submetidos os trabalhadores na sua relação com o capital. Vincula-se, portanto, ao núcleo estrutural do capitalismo que vem transformando radicalmente os modos de ser e de viver das classes trabalhadoras. É parte inerente das contradições da acumulação capitalista na contemporaneidade (AMARAL, 2018, p. 246).

O que se revela na atualidade é uma nova roupagem do trabalho, em que se circunscrevem em novas características e a acentuação dos antigos traços do capitalismo, mesmo em tempos de indústria 4.0, exigindo cada vez mais do/a trabalhador/a, acarretando na precarização social, do trabalho e da saúde da classe que vive do trabalho. Os/as trabalhadores/as, portanto, passaram a ser atingidos com os efeitos perversos desse padrão, como evidenciado por Alves (2008), que trouxeram impactos na estrutura psíquica e mental dos/as trabalhadores/as.

Nessa perspectiva torna-se importante destacar como características da precarização do trabalho na atualidade as condições de trabalho, emprego, salário, insegurança e desproteção social e trabalhista, formas de gestão de trabalho, bem como questões de desemprego, assédio, sobrecarga de trabalho, dentre outras, que se apresentam no cotidiano da classe trabalhadora como “saldo” do processo de Reestruturação Produtiva que, por sua vez, desencadeou mudanças para o mundo, o processo e o controle do trabalho ocasionando o “acirramento da questão social e o surgimento de novas problemáticas na esfera ocupacional” (DANTAS, 2013, p. 8). Essas características que circunscrevem nas condições laborais

9 “Por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc” (DJOURS, 2009, p. 25).

favorecem e impactam diretamente o agravamento das condições de saúde dos/as trabalhadores/as.

Seligmann-Silva (2011) destaca que “o advento de novas tecnologias embutidas nos equipamentos utilizados na produção moderna diminuíram as cargas do trabalho físico em muitos tipos de produção” (p. 165). Contudo, apesar da importância, o que se tornou visível foi o impacto das tecnologias na classe trabalhadora, que seguindo o direcionamento do capitalismo, abriu espaço para a intensificação do ritmo de trabalho bem como a maior dificuldade para ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Conforme destaca Praun (2014),

Na materialidade dos ambientes de trabalho, a precarização tem se desdobrado, entre outras manifestações, na imposição de um ritmo e intensidade do trabalho que buscam sincronizar tempos e espaços de produção e circulação idealizados conforme as necessidades do capital, mas distantes da capacidade humana em suportá-los (PRAUN, 2014, p.129).

Os/as trabalhadores/as são submetidos a trabalharem sob imposição do medo, mesmo com péssimas condições de trabalho, em virtude do agravamento da precarização e da ameaça de perder o emprego, considerando principalmente o alto índice de desemprego diante de um contexto de crise. Ou seja, o capital tende a “excluir progressivamente parcelas da classe trabalhadora do mercado de trabalho e intensificar o grau de exploração sobre aqueles que ali conseguem se manter [inseridos nos distintos processos produtivos]” (PRAUN, 2014, p. 127). Assim sendo, são impulsionados pelo viés da flexibilização e da adequação das condições existentes no ambiente laboral, ocasionando a competitividade entre os/as trabalhadores/as.

Tal flexibilização torna-se base de adoecimento dos/as trabalhadores/as na cena contemporânea ao passo que se expressa na sociabilidade capitalista como o encurtamento entre o trabalho e a vida privada como também “no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 412).

Além disso, temos no cenário atual como uma tendência, o alastramento do trabalho intermitente, cibertariado, uberizado, walmartizado, dentre outros que, em suma, revela formas precárias de condição e de intensificação da exploração do trabalho além de simbolizar e reforçar ainda mais a eliminação do assalariamento (ANTUNES, 2020).

Também na contemporaneidade há a crescente do trabalho assalariado no setor de serviços que, contribui para a redução do trabalho industrial e fabril e impulsiona o agravamento da subproletarização, com trabalho autônomo, informal, em trabalhos temporários e de subcontratação (PRESCHOLDT; SOUZA; VARGAS, 2019).

No capitalismo com o domínio dos corpos surge e vigora também uma espécie de controle e dominação do psíquico a fim de persuadir os/as trabalhadores/as com os interesses que tem as grandes empresas, tendo em vista que,

No nível psicológico, ainda conforme Pagès et al., as políticas de recursos humanos realizam uma verdadeira gestão de afetos, conduzindo a investimento maciço dos sentimentos na organização, pela via inconsciente, e possibilitando, desse modo, a dominação da organização sobre o aparelho psíquico. Assim, as políticas de recursos humanos ocasionam, simultaneamente, a incorporação de crenças fabricadas pela organização e também garantem o respeito às regras fixadas em consonância com essas crenças (SELIGMANN-SILVA, 2011, p.169).

Torna-se importante elucidar sobre a precarização subjetiva que, de acordo com Aquino (2008), é uma agravante dos efeitos nocivos do modo de produção capitalista e como um fenômeno crescente diante das mudanças no mundo do trabalho. Em vista disso, tais consequências da precarização como a fragilização, vulnerabilidade e desregulamentação do trabalho, como outros muitos efeitos, refletem negativamente na saúde do/a trabalhador/a e contribuem para o sofrimento além do ambiente laboral. A precarização subjetiva se expressa, portanto, de modo genérico e algumas profissões são mais impactadas por esse fenômeno. Posto isso, conforme Aquino (2008), a precarização é

[...] um fenômeno decisivo na produção subjetiva do trabalhador contemporâneo, aproximando-se assim do interesse da psicologia como todo, uma vez que a subjetividade é, por muitos reconhecida, como objeto privilegiado do projeto científico da psicologia contemporânea. [...] Uma compreensão sobre a precariedade laboral pode derivar em dois territórios em princípio distintos, mas que em realidade são complementares. O primeiro, mais coloquial, pode remeter às condições de trabalho específicas a cada realidade organizacional. A segunda, reconhecidamente mais estrutural, remete às profundas transformações ocorridas ao longo dos últimos anos na forma de organização do trabalho, tendo por referente básico sua dimensão mais social e as implicações que daí derivam (AQUINO, 2008, p. 170 e seg).

Dessa maneira, a “precarização, sob o nome de flexibilização, acaba por se constituir uma resposta ‘contemporânea’ do capital que articula novos modelos de temporalidades e vínculos laborais que vulneram os direitos básicos dos trabalhadores” (AQUINO, 2008, p. 174). Nesse sentido, a precarização impacta diretamente na subjetividade do/a trabalhador que pode ser visto, como destaca Dejours (2009), com a intensificação do trabalho, aumento do sofrimento subjetivo, transformação nas bases de resistência, anulação das lutas coletivas, entre outras peculiaridades, como consequências da precarização.

Correlacionado a isso, os/as trabalhadores/as defrontam com o assédio, uma estratégia de gestão das empresas que tendem exigir além da capacidade física e mental no espaço laboral para obter a maior produtividade e eliminar o tempo morto de tais ambientes.

Os/as trabalhadores/as são pressionados a responder o mais rápido as demandas do mercado exercendo suas funções em condições de trabalho precárias e extenuantes jornadas de trabalho atreladas ao ritmo da produção convertendo os ambientes de trabalho em locais de adoecimento.

De acordo com Seligmann-Silva (2011), a intensificação e controle do trabalho são devido à “flexibilidade e desregulamentação dos contratos de trabalho constituem princípios centrais e profundamente interligados no tipo de dinâmica precarizadora que prevaleceu ao longo da reestruturação produtiva” (p. 466-467). Além disso, refletem nos aspectos éticos e morais dos/as trabalhadores/as.

É preciso elucidar a importância da organização política dos/as trabalhadores/as para desfrutar das condições mínimas de reprodução social tendo em vista os rebatimentos que o capitalismo gera para a classe trabalhadora. Sendo assim, os vínculos coletivos possibilitam e representam a resistência diante dos ataques do capital (AMARAL, 2018).

Portanto, o trabalho passa por transformações que impactam demasiadamente o/a trabalhador/a devido o autoritarismo, intimidação e imposição de excelência, e, inclusive com as novas organizações de trabalho que definem o rumo, a intensidade e o nível de subordinação no ambiente laboral, sendo ignoradas as limitações da condição humana, gerando danos a saúde do/a trabalhador/a, que circunscreve, dentre outros, o desgaste e o sofrimento mental.

3 SAÚDE DO/A TRABALHADOR/A E A “PRECARIZAÇÃO SUBJETIVA”

3.1. Saúde do/a trabalhador/a: um percurso de entraves e conquistas

No século XIX as reivindicações dos/as trabalhadores/as estavam centradas, de início, em uma única pauta: a sobrevivência. Condições precárias de trabalho com jornadas extenuantes que chegavam até 16 horas diárias, baixos salários atrelados a períodos de desemprego, além de péssimas condições de moradia marcavam a vida do operariado. Nesse período, eram característicos também acidentes de trabalho, estafa, falta de higiene, dentre outros aspectos. Tais elementos resultaram em um elevado número de morbidade e mortalidade, bem como uma expectativa de vida reduzida (DEJOURS, 2009).

É nesse olhar que Bernardino Ramazzini em 1700 coloca em seu livro *As doenças dos trabalhadores*, as relações entre trabalho e adoecimento em diversas ocupações e os diferentes impactos na saúde e na vida dos/as trabalhadores/as (RAMAZZINI, 2016). Nesse sentido, mostra que essa é uma problemática pertinente que acomete a classe trabalhadora.

Djours (2009) destaca que com a crescente organização da classe trabalhadora a solução encontrada para contê-la foi à repressão estatal tendo em vista que o Estado assume um caráter que favorece os interesses das classes dominantes. O Estado, portanto, passa a ser utilizado para apaziguar os conflitos entre trabalhadores/as e empregadores/as e, os patrões/as poderiam usar as estratégias que quisessem para amenizar tais conflitos. É válido elucidar que o desenvolvimento das lutas e reivindicações ao longo da história foram fundamentais para a melhoria de vida e trabalho dos/as trabalhadores/as. Com maiores greves, o Estado passa a intervir cada vez mais e torna-se mediador dessas relações. As reivindicações passam a ter dimensões significativas e de cunho político.

Em vista disso, os/as trabalhadores/as lutaram pela liberdade de organização, compreendendo a importância desse ato para a sua sobrevivência. Em suma,

A investigação em saúde do trabalhador parte das classes, frações de classes e grupos de trabalhadores organizados política e economicamente, adotando como instrumentos elementos da saúde coletiva, da clínica, da epidemiologia, aos quais se agregam ferramentas do planejamento, política, economia etc., visando à prevenção e buscando manter os determinantes da saúde sob o controle dos trabalhadores, ao objetivar a defesa de sua saúde mediante construção do conhecimento da realidade mais integrado e participativo (LACAZ, 2013, p. 219).

A questão do século XIX passa a ser, então, a luta pela redução das jornadas de trabalho. É só a partir do fim deste século que de fato são implantadas leis sociais em relação à saúde dos/as trabalhadores/as, ainda que em meio a muitos entraves e dificuldades.

Mendes e Dias (1991) indicam como resultado da Revolução Industrial para a classe trabalhadora, devido o processo “acelerado e desumano da produção”, um alto consumo da força de trabalho e provocou, naquela ocasião, a necessidade de uma intervenção atestando a medicina do trabalho como preocupação a “sobrevivência e reprodução do próprio processo” (p. 341). Denota, nesse sentido, que a atenção estava voltada unicamente na continuidade da produção das mercadorias ao mesmo passo em que desprezava a saúde dos/as trabalhadores/as. Nesse contexto, foi criada no início do século XIX a medicina do trabalho, na Inglaterra, correspondendo a essa preocupação,

Quando Robert Dernham, proprietário de uma fábrica têxtil, preocupado com o fato de que seus operários não dispunham de nenhum cuidado médico a não ser aquele propiciado por instituições filantrópicas, procurou o Dr. Robert Baker, seu médico, pedindo que indicasse qual a maneira pela qual ele, como empresário, poderia resolver tal situação, Baker respondeu-lhe: “Coloque no interior da sua fábrica o seu próprio médico, que servirá de intermediário entre você, os seus trabalhadores e o público. Deixe-o visitar a fábrica, sala por sala, sempre que existam pessoas trabalhando, de maneira que ele possa verificar o efeito do trabalho sobre as pessoas. E se ele verificar que qualquer dos trabalhadores está sofrendo a influência de causas que possam ser prevenidas, a ele competirá fazer tal prevenção. Dessa forma você

poderá dizer: meu médico é a minha defesa, pois a ele dei toda a minha autoridade no que diz respeito à proteção da saúde e das condições físicas dos meus operários; se algum deles vier a sofrer qualquer alteração da saúde, o médico unicamente é que deve ser responsabilizado” (MENDES; DIAS, 1991, p. 341).

Embora o médico entrasse na fábrica para prestar cuidados relacionados à saúde do/a trabalhador/a, o objetivo principal – como ainda acontece hoje – é unicamente a garantia da produção.

Robert Dernham contratou o médico em 1830, caracterizando no primeiro serviço de medicina do trabalho e responsabilizou a Baker pelos danos à saúde dos/as trabalhadores/as. Ou seja, a partir disso os problemas de saúde seriam associados à medicina do trabalho e não de situações decorrentes do processo de produção (MENDES; DIAS, 1991).

Ainda de acordo com os autores, em função do processo de industrialização nos países centrais e, posteriormente nos periféricos, a medicina do trabalho se expandiu. Aumentou também considerando a ausência e fragilidade de assistência à saúde dos/as trabalhadores/as. Os serviços médicos na empresa tornaram-se uma “faca de dois gumes”: por um lado exercendo uma função vital para os/as trabalhadores/as e, por outro, uma forma de manter a dependência da classe trabalhadora e do controle da força de trabalho.

Nesse momento, ainda que minimamente, existia certa preocupação em torno da dimensão corporal e física do/a trabalhador/a, ou seja, não se tratava somente da questão da sobrevivência.

Com o taylorismo, fenômeno já evidenciado/caracterizado no primeiro capítulo deste TCC e, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que gerou um “desfalque, resultante do número de mortos e feridos de guerra, no reservatório de mão-de-obra, os esforços da reconstrução, a reinserção dos inválidos na produção, formam as condições de uma reviravolta na relação homem-trabalho” (DEJOURS, 2009, p. 18), intensificaram ainda mais as reivindicações dos/as trabalhadores/as e estas ações conceberam ganhos concretos.

As lutas dos/as trabalhadores/as se orientaram em relação à proteção a saúde, na prevenção de acidentes, doenças e intoxicações, e no que concerne a cuidados e tratamentos considerando os rebatimentos na saúde, devido principalmente, o ritmo e tempo de trabalho. Ainda,

A partir da guerra, etapas importantes vão ser transpostas, ao mesmo tempo em que se perfila uma diversificação das condições de trabalho e de saúde. O movimento operário tenta obter melhorias da relação saúde-trabalho e mudanças aplicáveis ao conjunto dos trabalhadores. Às vezes consegue, mas muitas vezes leva a um aumento das diferenças (DEJOURS, 2009, p.19).

Se, por um lado, as lutas dos/as trabalhadores/as se traduziam em conquistas concretas, por outro lado, “velhos” problemas persistiam no cotidiano desses sujeitos. Nessa direção, Pina e Navarro (2014) expõem a “problemática da intensificação do trabalho e saúde do trabalhador no ponto central da determinação social do processo saúde-doença dos trabalhadores” (p. 159). Ou seja, os autores colocam a intensificação do trabalho como uma estratégia que visa à exploração do/a trabalhador/a através da maior obtenção de quantum de trabalho pelo menor tempo. Além disso, definem que esse processo se cumpre através da expropriação do conhecimento técnico e social dos/as trabalhadores/as. Isto é,

Tal conhecimento é condição básica de proteção da saúde dos trabalhadores. Conceitualmente, o objeto intensificação do trabalho e saúde do trabalhador pode ser definido e estudado nas práticas específicas de exploração/expropriação tendentes a enfraquecer a capacidade coletiva do trabalhador, para proteger sua saúde e, principalmente, para questionar as determinações dos problemas e dos agravos à sua saúde (PINA; NAVARRO, 2014, p. 159).

Com essas novas exigências, o/a trabalhador/a passa a ser atingido negativamente com o trabalho, já que as “performances exigidas são absolutamente novas, e fazem com que o corpo apareça como principal ponto de impacto dos prejuízos do trabalho” (DEJOURS, 2009, p. 19).

Durante o tempo que perpassou a primeira e segunda Guerra Mundial, a classe trabalhadora conseguiu melhorias no trabalho. Foram votadas leis em relação a doenças e cuidados com doentes, foi estabelecida a semana de 40 horas de trabalho, férias pagas, direito a livre adesão aos sindicatos, bem como direito à greve, dentre outras melhorias para a classe trabalhadora. Do lado avesso disso, a classe-que-vive-do-trabalho é acometida por condições absurdas no ambiente laboral. O movimento operário prossegue na luta por melhores condições de vida. Porém, passa também a praticar ações referentes à saúde, principalmente no que diz respeito à luta contra doenças, prevenção de acidentes e ao direito a cuidados médicos.

Embora o século XIX tenha sido marcado pela luta da classe trabalhadora pelo direito à vida e o século XX tenha refletido em grandes progressões no que diz respeito a direitos sociais e trabalhistas o trabalho permaneceu como motivo de sofrimento e adoecimento dos/as trabalhadores/as (PRAUN, 2016).

Tal argumento é sustentado por Torres *et al.* (2011), que verificam que as inovações tecnológicas e os novos métodos gerenciais e as adequações que os seres humanos têm que se submeter atingem a saúde dos/as trabalhadores/as e que o resultado disso se apresenta como agravos tais como aumento do adoecimento, envelhecimento prematuro, lesões por esforços

repetitivos, doenças cardiovasculares, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, dentre outros danos.

Na mesma direção desse debate, Mendes e Dias (1991) evidenciam que a tecnologia obtém um grande salto respectivo aos novos processos industriais e a uma nova divisão internacional do trabalho. Foi possível perceber que a medicina do trabalho, por si só, já não era suficiente para intervir nos processos resultantes dessas novas formas de produção.

Considerando o aumento das reclamações dos/as trabalhadores/as, como também dos empregadores, tendo em vista os custos advindos dos agravamentos da saúde dos/as trabalhadores/as, surge a Saúde Ocupacional

A resposta, racional, "científica" e aparentemente inquestionável traduz-se na ampliação da atuação médica direcionada ao trabalhador, pela intervenção sobre o ambiente, com o instrumental oferecido por outras disciplinas e outras profissões. A "Saúde Ocupacional" surge, sobretudo, dentro das grandes empresas, com o traço da multi e interdisciplinaridade, com a organização de equipes progressivamente multi-profissionais, e a ênfase na higiene "industrial", refletindo a origem histórica dos serviços médicos e o lugar de destaque da indústria nos países "industrializados" (MENDES; DIAS, 1991, p.343).

As insatisfações dos/as trabalhadores/as por efeito da “periculosidade das máquinas, os produtos industriais, os gases e os vapores, as poeiras tóxicas, os parasitas, os vírus e as bactérias” foram considerados como causadores do sofrimento físico (DEJOURS, 2009, p. 21-22). Com isso, a luta travada pela sobrevivência no século anterior deu espaço ao que diz respeito à saúde do corpo, as melhorias nas condições de higiene, segurança e prevenção de doenças da classe trabalhadora.

Com o Maio de 1968, como aborda Dejours (2009), emerge uma pauta importante em torno da saúde, evidenciando a saúde mental, além das pautas contra a sociedade de consumo e os processos de alienação. Os/as estudantes e trabalhadores/as firmaram palavras de ordem “Melhoria das condições de trabalho” simbolizando uma data histórica principalmente em relação saúde-trabalho e exprimiram novos temas que relacionavam a “mudar de vida”.

No tocante a saúde, até 1970 prevalecia o pensamento positivista colocando para a Medicina “ampla autonomia e estaria no mesmo nível que outros subsistemas – como o econômico, o político, o educacional – e a suposição de que seria possível transformar a sociedade a partir de qualquer desses setores” (MENDES; DIAS, 1991, p. 345).

Todavia, a partir dos anos 70, críticas são tecidas à medicina do trabalho e a saúde ocupacional, principalmente com denúncias à medicalização. Propõe-se, então, através de discussões teóricas e de práticas alternativas a desmedicalização da sociedade e ganha novas sugestões em relação ao processo saúde-doença já que “ganha corpo a teoria da determinação

social do processo saúde-doença, cuja centralidade colocada no trabalho – enquanto organizador da vida social” (MENDES; DIAS, 1991, p. 346).

Nota-se, assim, a teoria que o trabalho é o fator determinante no processo saúde-doença. Em virtude do surgimento de serviços de saúde e programas assistenciais aos/as trabalhadores/as discordâncias alusivas à medicalização tornam-se ainda maiores (MENDES; DIAS, 1991).

Tem-se então o fim das práticas e teorias da Saúde Ocupacional e passa a ganhar forma a Saúde do Trabalhador. Como apontamentos relativos ao esgotamento do modelo da Saúde Ocupacional tem-se que

[...] o modelo mantém o referencial da medicina do trabalho firmado no mecanicismo; - não concretiza o apelo à interdisciplinaridade: as atividades apenas se justapõem de maneira desarticulada e são dificultadas pelas lutas corporativas; - a capacitação de recursos humanos, a produção de conhecimento e de tecnologia de intervenção não acompanham o ritmo da transformação dos processos de trabalho; - o modelo, apesar de focar a questão no coletivo de trabalhadores, continua a abordá-los como "objeto" das ações de saúde; - a manutenção da saúde ocupacional no âmbito do trabalho, em detrimento do setor saúde (MENDES; DIAS, 1991, p. 344).

Com base nisso tem-se resultados provenientes dessas mudanças, como destacam Mendes e Dias (1991), dentre outras¹⁰, a fundamentação científica é contestada, os “limites de tolerância” que baseava a Saúde Ocupacional desmorona, esse modelo também é reconfigurado tendo em vista que são exigidas novas condições de trabalho devido ao interesse da organização de trabalho em relação à saúde e trabalho.

Assim sendo, ainda de acordo com os autores, a prática Saúde do trabalhador ganha espaço principalmente por “ser um campo em construção no espaço da saúde pública” (p. 347). A saúde do trabalhador, portanto, se caracteriza como

[...] um campo do saber que visa compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde/doença. Nesta acepção, considera a saúde e a doença como processos dinâmicos, estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade em determinado momento histórico. Parte do princípio de que a forma de inserção dos homens, mulheres e crianças nos espaços de trabalho contribui decisivamente para formas específicas de adoecer e morrer. O fundamento de suas ações é a articulação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial (MDS, 2001, p. 07).

Dessa forma, coloca como objeto dessa prática o processo saúde e doença na sua ligação com o trabalho, evidenciando, principalmente, os elos entre doença e um agente específico, como também as condições de ameaça no ambiente laboral e “tenta superar o

10 Os/as trabalhadores/as revelam desconfiança em relação à métodos dos/as profissionais da saúde ocupacional, a “exposição segura” é visto como inseguro, entre outras características.

enfoque que situa sua determinação no social, reduzido ao processo produtivo, desconsiderando a subjetividade” (MENDES; DIAS, 1991, p. 347).

Nesse sentido, a Saúde do Trabalhador busca, além disso, explicar sobre o adoecimento e morte dos/as trabalhadores/as em torno dos processos de trabalho, dando importância a valores, ideias, crenças, como também perspectiva de consumo de bens e serviços, dentre outros elementos.

Vale mencionar que a Saúde do trabalhador mostra a importância da luta por condições mais favoráveis e menos prejudiciais de trabalho instituindo-se “num novo olhar para a apreensão das relações Trabalho e Saúde, adotando novos métodos e conceitos que o distinguiram da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional” (LACAZ, 2016, p. 05).

Nessa lógica, Lacaz (2013) aponta a necessidade em “desvendar a nocividade dos processos de trabalho no capitalismo e suas implicações” (p. 218). Revela, como reflexos negativos, a partir desses processos, a alienação, sobrecarga, fadiga, sofrimento mental, transtornos mentais, entre outras agudizações, que impactam e adoecem os corpos de trabalho, prejudicando as potencialidades, criatividade e subjetividade do/a trabalhador/a.

Praun (2016) evidencia que em relação à saúde mental há um grande preconceito e no que tange aos processos de adoecimento mental são assimilados a questões individuais, sem qualquer ligação com fatores derivados do trabalho. Para tanto, fatores que incidem na subjetividade do/a trabalhador/a decorrentes da precarização do trabalho será tratado no próximo item.

3.2. O papel da “precarização subjetiva” na sociedade contemporânea

Considerando a ascensão do neoliberalismo nos anos de 1970, as contribuições de Safatle, Silva Júnior e Dunker (2021), aponta-o como um modelo socioeconômico e também como um modelo propiciador de sofrimento psíquico. Tal sofrimento é fabricado e gerenciado pelo neoliberalismo que coloca a força desse sistema como *performativa*, já que

Ela não atua meramente como coerção comportamental, ao modo de uma disciplina que regula ideais, identificações e cismões de mundo. Ela molda nossos desejos, e, nesse sentido, a performatividade neoliberal tem igualmente efeitos ontológicos na determinação e produção de sofrimento (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021, p. 11).

Em virtude disso, de acordo com Vicente (2018) a globalização neoliberal e a reestruturação produtiva resultaram em mudanças que interferiram na produção e reprodução social, nas relações capital e trabalho e nas relações no âmbito do Estado. Além disso, a

autora destaca que tais transformações atingem severamente os direitos da classe trabalhadora e gera aumento nos processos de precarização, adoecimentos e acidentes de trabalho. Ou seja, como revela Antunes,

[...] podemos acrescentar que a monumental reestruturação do capital executada nas últimas quatro décadas e intensificada na contextualidade da crise atual vem exacerbando este quadro crítico em relação ao trabalho, de modo que a precarização vem se tornando a regra, e não a exceção. Subordinado ao comando da produção maquínica, seja pela vigência da máquina-ferramenta autômata ou da máquina informacional-digital presente nas tecnologias de informação e comunicação, o trabalho relativamente mais formalizado da era taylor-fordista está sendo amplamente substituído pelos mais distintos e diversificados modos de ser da informalidade e da precarização, de que são exemplos os trabalhos terceirizados (em sua ampla variedade), tendencialmente cada vez mais pautados pela condição de precariedade (ANTUNES, 2013, p. 20).

Em outros termos, essas novas práticas refletem nas relações interpessoais, as quais originam na ocorrência da violência no trabalho, que desmoralizam o/a trabalhador/a não somente no âmbito laboral, mas também socialmente, que faz o/a trabalhador/a tornar-se estranho de si e aliciado, colocando, cada vez mais, em situações desgastantes (BARRETO, 2005). Linhart (2014) descreve isso como “precariedade subjetiva” que atinge os/as assalariados/as e o próprio trabalho com o sentimento e preocupação de não estarem protegidos/as mesmo com empregos estáveis. Em suma, a precariedade subjetiva que a autora aborda é

[...] o sentimento de não estar “em casa” no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos mais antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se, cumprir os objetivos fixados, não arriscar-se física ou moralmente (no caso de interações com usuários ou clientes). É o sentimento de não ter a quem recorrer em caso de problemas graves no trabalho, nem aos coletivos de trabalho, que se esgarçaram com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e a concorrência entre eles. É o sentimento de isolamento e abandono. É a perda de autoestima, que está ligada ao sentimento de não dominar totalmente o trabalho, de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir seu posto (LINHART, 2014, p. 45-46).

Nesse sentido, como Antunes (2013) ainda pontua que, “a deterioração das condições de vida e trabalho apresenta-se como uma tendência global” (p. 21), em que cada vez torna-se mais desgastante e penosa a vida dos/as trabalhadores/as. Em suma,

No contexto da lógica taylorista e pós-fordista, a competitividade, flexibilidade e individualismo chegaram em trajes coloridos. As técnicas antigas foram substituídas ou agregadas as preexistentes. O tempo da tarefa foi reexaminado e o controle do trabalhador, intensificado. O sucesso do modelo japonês de gerir e organizar, submeter manipular, foi a “porção” que faltava para o êxito da produção (BARRETO, 2005, p. 46).

Barreto e Heloani (2013) evidenciam que neste século a classe trabalhadora perpassa por transformações sociais e do trabalho que resultam em desafios e riscos. Os autores exemplificam como partes desses problemas estão doenças, acidentes e mortes que sucedem no ambiente laboral, incluindo-se questões relacionadas à saúde mental.

Seligmann-Silva (2011) destaca que nas últimas três décadas — considerando a publicação do livro em 2011 — houve o aumento das desigualdades sociais e mudanças do trabalho. É aqui que aparece um assunto indispensável para esse trabalho. O desgaste mental passou a assumir novos modos e se espalhou como “expressão do sofrimento social contemporâneo” (p. 398).

Dessa maneira, a tese de Seligmann-Silva segue encontrando respaldo na contemporaneidade e, destaca-se que alguns aspectos trazidos pela autora vem se complexificando nesses tempos de neoliberalismo ortodoxo.

Vale salientar que a estratégia atual é tornar o/a trabalhador/a como posse da empresa, colocando sobre si a responsabilidade de êxito e crescimento da empresa e também instigar a competitividade entre os/as trabalhadores/as, tornando-se mais uma ferramenta que prejudica na condição de saúde. Como abordam Barreto e Heloani (2013),

Se não bastasse a reestruturação produtiva, novas ações ganharam vigor na “pele” da política de flexibilização e competitividade. E uma voz única ecoa por todos os corredores intramuros: enxugar a máquina é preciso. E, atônitos, os trabalhadores passaram a vivenciar e testemunhar, com medo e em silêncio, as demissões. O certo é que os novos modos de administrar e organizar o trabalho influíram profundamente em valores identitários do trabalhador, transformando-o em colaborador ativo e competitivo, pronto a sacrificar-se em prol da empresa até que, adoecido, dá-se a cisão entre capital e trabalho, resultando em sua demissão. Deste modo, a doença e a dor tornaram-se um estorvo que deve ser ocultado. Essa prática é comum no meio operário e resulta da vivência imposta por normas disciplinadoras que submetem os corpos à voracidade produtiva do capital. Suportar e ocultar a doença e o sofrimento impostos constituem estratégias de sobrevivência e resistência à exclusão do trabalho (BARRETO; HELOANI, 2013, p. 108).

É válido ressaltar nesse debate o individualismo como um dos processos mais importantes da precarização subjetiva e, conseqüentemente, dos impactos provocados no campo da saúde mental dos/as trabalhadores/as. Como elemento do fim das solidariedades, o individualismo, significa “livre caminho para que, na reestruturação produtiva, fosse facilitada a fratura de grupos coesos e a dissolução do companheirismo e da confiança que unia as equipes de trabalho” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 464). Nesse sentido, a competitividade contribui para intensificar cada vez mais o individualismo.

Dessa forma, seria necessário que o/a trabalhador/a fosse visto/a como detentor/a de uma vida, que não somente fosse considerado/a como força de trabalho física e/ou intelectual, desprezando-o da condição humana.

É a partir das novas configurações no mercado de trabalho que se constitui na negação do outro. São características na vida dos/as trabalhadores/as doenças, submissão, entre outras negatividades, que em suma, geram insatisfação e sofrimento. Essas novas configurações contribuem “[...] para o aumento das exigências afetivas. Logo, as relações interpessoais não podem ser geradoras de alegria e respeito mútuo, menos ainda proporcionar qualidade de vida” (BARRETO; HELOANI, 2013, p. 109).

Portanto, a dominação do trabalho, como Seligmann-Silva (2011) discorre, é reconhecida como

[...] aspecto nuclear na constituição do desgaste, pois a dominação que ataca a dignidade e fere a autonomia da individualidade é a mesma que produz rupturas no mundo mental e psicossocial, atingindo a estabilidade psicossomática. [...] os fios que tecem a dominação fabricam, ao mesmo tempo, o sofrimento, na medida em que a dominação esmaga a identidade aprisiona a alma no medo (p. 23).

Para tanto, é preciso elucidar a relação umbilical que se faz a objetividade e a subjetividade. Considerando as condições objetivas (o que está posto) presentes no ambiente de trabalho elas refletem nas condições subjetivas tendo em vista que a subjetividade é o mundo interior, as emoções e significados, nos quais levam ao prazer ou ao desprazer de uma atividade.

Concordando com a ideia de Seligmann-Silva (2011), consideramos a precarização subjetiva como aquela que adentra a identidade e dilacera a si mesmo e que, a partir das situações de trabalho recaem na vida de forma avassaladora e que faz da vivência dos/as trabalhadores/as um profundo sentimento de desgaste, medo, incerteza, sofrimento, adoecimento. Ou seja, impactando negativamente na saúde mental dos/as trabalhadores/as, como a autora pontua

[...] os indivíduos se tornam extremamente sensíveis aos sinais de falta de reconhecimento, que podem ser interpretados [...] como indícios de rejeição. Ao mesmo tempo, à medida que a sobrecarga de trabalho cresce, o temor de “não dar conta” ou cometer erros se torna aterrorizante, da mesma forma a fadiga se acumula e o desempenho, diminui (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 475-476).

Nessa perspectiva, importa trazer algumas reflexões acerca de sofrimento psíquico e o papel da precarização subjetiva na sociedade contemporânea, já que de acordo com Silva

(2013), as mudanças a partir de 1990 resultaram no crescimento de doenças mentais dos/as trabalhadores/as.

Com a atual crise do capitalismo é perceptível que com a aterrorizante precarização do trabalho impactou a subjetividade individual e coletiva dos/as trabalhadores/as. Em relação ao sofrimento social, que resulta no desgaste mental, aparece tanto em questões de emprego quanto de desemprego tendo como gênese o processo de dominação dos/as trabalhadores/as (SELIGMANN-SILVA, 2011).

É nessa perspectiva que o desgaste mental provoca e tem papel importante no que diz respeito a acidentes de trabalho, considerando o aspecto cognitivo e o psicoafetivo que

[...] de modo simultâneo, [dificultam] a concentração da atenção, o uso da memória, o raciocínio, além de impedir rapidez necessária para tomadas de decisão em situação de emergência. Os prejuízos estendem-se à qualidade da comunicação e das interações. Diferentes situações geradoras de tensões, mal-estar, sentimentos de insegurança [...] (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 305).

Denota-se, portanto, que os elementos organizacionais foram desconsiderados por muito tempo em questões relacionadas a acidentes de trabalho. Dessa forma, como a autora ainda pontua

Na prevenção, portanto, eram desconsiderados os aspectos causais derivados de tipos de gestão autoritária e as formas de controle que impunham medo, criando assim inibições e bloqueios que prejudicavam o fluxo de comunicações importantes para a segurança no trabalho. A degradação dos relacionamentos interpessoais e a falta de confiança acarretam os mesmos tipos de prejuízo, conduzindo a acidentes (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 305).

Em outros termos, a precarização que atinge o ambiente laboral e o desgaste mental gerado nas situações de trabalho, tencionado a partir dos aspectos organizacionais que geram pressões psicológicas, tem provocado para a classe trabalhadora acidentes de trabalho.

Em concordância, Vicente (2018) revela que sofrimento e adoecimento são abordados, até esse momento, como produção subjetiva, ou seja, que coloca a razão dessas problemáticas desassociadas do trabalho ou somente para explicar a resistência a ele, o que revela o desprezo pelas condições de saúde da classe-que-vive-do-trabalho.

Além desses aspectos é válido mencionar sobre a fragilização dos vínculos contratuais que coloca o/a trabalhador/a em tensão emocional e em insegurança no emprego. Além disso, a fragilização dos vínculos contratuais tem sido praticada atualmente em alto grau, sobretudo após a recente contrarreforma trabalhista. De acordo, Barreto e Heloani (2013) evidenciam que

[...] as terceirizações são crescentes, e as subcontratações dominam o espetáculo. Portanto, enquanto a jornada de trabalho aumenta, os salários permanecem congelados ou mesmo reduzidos e sem possibilidades de promoções, originando uma nova subjetividade, também precarizada. São questões que revelam um maior nível de esgotamento e empobrecimento dos trabalhadores (BARRETO; HELOANI, 2013, p. 108).

Portanto, questões que circundam a precarização do trabalho como intensificação do trabalho, polivalência, competição entre trabalhadores/as, elevada rotatividade, entre outros agravantes, geram para a classe-que-vive-do-trabalho a precarização subjetiva, que na linha entre o emprego e o desemprego tem se maximizado o medo, a fadiga, estresse, ansiedade, depressão e suicídio, ou seja, a desestabilização psicológica que impacta negativamente na saúde mental dos/as trabalhadores/as. Esses agravantes serão tratados aqui como fatores alarmantes que fazem parte das atuais configurações do trabalho como novas formas de desgaste mental relacionadas ao trabalho.

Nesse sentido, o desgaste humano passa a ser expressão do sofrimento social e “se desenvolve, por um lado, pelo aumento da vulnerabilização decorrente das desigualdades de condições de vida, e, por outro, pela multiplicação de fatores e processos nocivos que atingem os que trabalham e os que desejam encontrar trabalho” (SELIGAMANN-SILVA, 2011, p. 398).

Barreto e Heloani (2013) trazem para esse debate a problemática que atinge e é assídua em várias profissões. Aqui, os autores mostram que o medo torna-se um elemento que remete a pergunta: “Terei saúde física e mental para dar conta de tantos desafios que me serão demandados?” (p. 109). Portanto, o medo revela-se como um sofrimento antecipado que dificulta a idealização do/a trabalhador/a, tornando negativa a visão de vida futura.

Ainda em concomitância com essa problemática, Dejours (2009) destaca que sendo “proveniente de ritmos de trabalho ou de riscos originários das más condições de trabalho” o medo tem a capacidade destrutiva de modo gradativo e fatal da saúde mental dos/as trabalhadores/as.

A ansiedade e o estresse laboral tem-se tornado ainda mais recorrente no âmbito do trabalho. Barreto e Heloani (2013) destacam que devido à sobrecarga de trabalho em detrimento de um número reduzido de trabalhadores/as elevam a possibilidade desses efeitos nocivos impactarem à saúde mental dos/as trabalhadores/as. Os autores ressaltam que esses fatores se acentuam por influência “de serem julgados e avaliados por fatores aleatórios ao seu esforço, que não pode ser abrandado pela socialização das responsabilidades e fragilidades. Não há com quem desabafar ou interagir num momento em que, sempre, queiramos ou não, é delicado” (p. 109/110). Devido a essas questões ainda impacta nas

relações familiares que, por sua vez, restringe o tempo e faz com que o/a trabalhador/a participe pouco de atividades com a família.

É sob essa condição que o/a trabalhador/a passa a se sentir sozinho e inseguro. Além do mais, como aborda Linhart (2014), a competitividade atrelada às exigências de desempenho e perfeição exige cada vez mais dos/as trabalhadores/as, em que a todo tempo devam mostrar disponibilidade e competência. Nesse sentido, e nessas características, o trabalho atual passa a desempenhar uma função oposta ao sentido ontológico, como função do ser social, mas em razão das novas configurações do trabalho ele passa a ferir, adoecer e matar os/as trabalhadores/as.

A fadiga, como um exemplo de desgaste, apresenta-se de maneira física e mental, em que são inerentes, que se dá por meio do acúmulo de cansaço, desânimo, irritabilidade, distúrbios do sono, entre outros. Ainda a fadiga pode findar em exaustão emocional, que resulta no burn-out, ou seja, no esgotamento profissional que é a “persistência continuada em corresponder ao modelo assim interiorizado, negando o próprio desgaste” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 529).

Nesse sistema em que o humano é somente uma “peça do jogo”, vale destacar a depressão que causada por elementos genéticos, biológicos, ambientais e psicológicos é caracterizada como um transtorno mental que acomete no ser humano desânimo, tristeza e pensamentos mórbidos. Selligmann-Silva (2011) verifica que as condições de trabalho podem estar relacionadas à depressão tendo em vista, como por exemplo, a violação dos próprios valores e vivências de injustiça.

Os transtornos mentais que decorrem do trabalho são resultados de processos de ameaças, constrangimentos, humilhações, dentre outros, durante as extenuantes jornadas de trabalho sem intervalos, que por muitas vezes são levadas para fora do âmbito laboral (BARRETO; HELOANI, 2013). Ganha atenção aqui para o tempo de trabalho em que, cada vez mais, tem invadido o nosso tempo de vida fazendo com que nossa existência seja utilizada apenas para o trabalho e que a vida (tempo livre para dedicar-se aos interesses e anseios gerais) careça de sentidos.

Em relação a isso, Chiavegato e Navarro (2013) relacionam a questão do suicídio, bem como esgotamento profissional e sofrimento psíquico como um determinante do manual generalista que define como estratégia a transformação da energia psíquica em força de trabalho. Desta forma, a subjetividade é “mobilizada sobre objetivos, resultados, critérios de sucesso, que tendem a eliminar o que não é útil ou rentável” (p. 93/94).

Antunes e Praun (2015) descrevem o suicídio como “a expressão radicalizada da deterioração das condições de trabalho sob a vigência da gestão flexível” (415). Em ocasiões em que o/a trabalhador/a não consegue disfarçar o sofrimento e, principalmente quando a solidariedade já não existe no âmbito laboral, há o aumento dos suicídios no trabalho. Assim, o suicídio torna-se o efeito mais perverso do processo de sofrimento psíquico proveniente das condições torturantes do mundo do trabalho.

Em suma,

Na cena contemporânea, o discurso empresarial, em consonância com os meios de comunicação, veicula, colado ao ideal e à meta de excelência, a imagem de um colaborador autônomo, hiper-responsável e perfeito. O ideal de perfeição é o novo modelo e traz em si a visão de uma saúde e de uma disposição inesgotáveis. A imagem é impregnada de onipotência. O empregado — ou colaborador, no discurso empresarial — recebe a imposição — feita com sutileza — de uma imagem que extrapola os limites humanos a identidade pessoal que constituiu ao longo da vida. Fabricada e projetada “de fora”, a imagem ideal é interiorizada e vira autoimagem. Nela, é abstraído o ser humano que tem um corpo e uma fisiologia, afetos e vínculos sociais, limites e necessidades próprios. Existe apenas a imagem ideal do “produtor incansável” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 528/529).

Verificando isso, bem como todos os elementos pontuados neste tópico, é perceptível que as novas formas de organização, exploração e precarização do trabalho geraram a intensificação da dominação a qual vem se agudizando ainda mais. Essa dominação, por sua vez, reflete em novas formas de controle na exploração e expropriação da subjetividade¹¹ do/a trabalhador/a. Essa dominação ganhou espaço e atingiu, em grande proporção, a saúde mental da classe-que-vive-do-trabalho. Em síntese,

Os novos métodos de gestão do trabalho, mais sofisticados, inspirados no toyotismo, se sobrepuseram ao fordismo, reorganizando a ação do trabalhador no processo produtivo, desorganizando a sua vida afetiva e desfazendo laços de camaradagem. O toyotismo, em relação às formas anteriores de organizar o trabalho, aprisionou os trabalhadores às normas e políticas da empresa de tal forma que não pode ou deve permitir fissuras e tempo para resistência. Outro aspecto do novo modo capitalista de organizar a produção é que ele reorganiza o trabalho e desordena os códigos e estatutos culturais do “antigo trabalho”, rearranjando e reafirmando o vínculo do trabalhador ao capital e afastando-o dos vínculos sindicais ou outros movimentos de resistência. Talvez por isso encontremos, no discurso oficial, afirmações como: “o problema não é o mercado de trabalho, é você”. Fato que afirma a culpa e reafirma a internalização dos mesmos sentimentos. Analisar a relação entre trabalho e subjetividade é estar atento às formas de assujeitamento, de dominação e também a possibilidade de microtransgressões. Significa novas perspectivas de invenção de outros modos de lidar com as normas, com as exigências da produção e a adesão sem contestação, até porque muitas vezes este sujeito histórico, denominado trabalhador, acaba se convencendo de sua “inutilidade” para as novas estruturas

11 Seligmann-Silva (2011) define como práticas de sedução, imposição de culturas artificiais adotadas pelos empregadores para ter o controle total dos/as trabalhadores, ou seja, “o sujeito não tem mais posse efetiva de sentimentos nem de valores [...] vem sufocar a vida afetiva e o pensamento crítico” (p. 501).

produtivas e modernas formas de relacionamentos laborais (BARRETO; HELOANI, 2013, p. 115/116).

Nesse sentido, o trabalho que, como destaca Seligmann-Silva (2011), “reconstrói vitalidade, sentido e laços de inserção social não é o mesmo que degrada a identidade e a saúde” (p. 45). O trabalho ganha novas dimensões, características e efeitos. E, no contexto atual, simboliza, em grande proporção, uma espécie de tortura (*tripalium*)¹² na vida dos/as trabalhadores/as.

Portanto, a saúde dos/as trabalhadores/as deveria ser entendida pelos empregadores e pelo Estado como “um bem jurídico imprescindível à propagada dignidade humana. É chegado o tempo de se promover uma filosofia da vida, todos e cada um de nós, pois é necessário trabalhar para viver, não viver para o trabalho, tampouco para adoecer ou morrer no trabalho” (SILVA, 2013, p. 85).

Em síntese, as atuais configurações do trabalho têm sido para os/as trabalhadores/as a deterioração da condição de vida nas quais têm sido geradoras de morte prematura, adoecimentos “por exaustão, acidentes ou, ainda, pelo abandono deliberado da vida” (NETTO, 2013, p. 124). Em vista disso, a precarização subjetiva torna-se um ponto que precisa ser tratado e visto como um agravante na contemporaneidade tendo em vista que o trabalho precarizado gera impactos na subjetividade dos/as trabalhadores/as evidenciando ainda a pouca visibilidade e importância para essa questão.

4. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O/A ASSISTENTE SOCIAL

4.1. O/A assistente social como trabalhador/a assalariado/a

Souza (2015) expõe na sua dissertação “Da voz que cala ao corpo que fala”, que quando se vivencia um trabalho precarizado tem-se a destruição física e mental dos/as trabalhadores/as. Além disso, o trabalho assume diferentes formas e objetivos, a depender de cada momento histórico e, na contemporaneidade assume uma “lógica de dominação e exploração do trabalho humano, [que] redefiniram os processos de produção e relações de trabalho, legitimando comportamentos autoritários, abusivos, competitivos e individualistas, em favor do crescimento dos lucros e da produtividade” (p. 212).

12 Trabalho em latim significa Tripalium, “instrumento de tortura, consiste num gancho de três pontas, cuja função é a evisceração ou a retirada e exposição das tripas, região de intensa dor e de lenta agonia”. Foi um instrumento criado e utilizado durante a Inquisição. Faz-se alusão a esse termo, pois, o trabalho passou a não mais fazer sentido para a vida dos/as trabalhadores/as, mas sim, uma forma de submissão e sofrimento (BONZATTO, 2003, p. 01).

Sendo assim, neste tópico abordaremos acerca do trabalho do/a assistente social e como este é prejudicado com os novos moldes da sociedade capitalista, já que se trata de um/a profissional assalariado/a que vende sua força de trabalho em troca de um salário e, já que está inserido nessa relação de mercantilização é parte da classe trabalhadora. Deste modo, essa categoria de profissionais é submetida a vivenciar dilemas e desafios similares às demais profissões que integram a classe trabalhadora (RAICHELIS, 2011).

Em relação à profissão de Serviço Social Raichelis (2011) pontua que:

Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços (RAICHELIS, 2011, p. 425-426).

Portanto, como parte da classe-que-vive-do-trabalho, o Serviço Social tem suas particularidades, não se equiparando aos operários, mas caracterizando-se “como proprietário de sua força de trabalho especializada, conquistada por meio de formação universitária” (RAICHELIS, 2011, p.425).

O reconhecimento da profissão e do/a profissional de Serviço Social no Brasil derivam de “complexas interações entre processos institucionais e lutas sociais frente às expressões da “questão social”, nos quais o Estado capitalista da era dos monopólios amplia suas funções econômicas e políticas e intervém nos processos de regulação social” (RAICHELIS, 2018, p. 26). Nesse sentido, a profissão é resultado das relações sociais contraditórias do capitalismo monopolista e, também, reflexo da luta individual e coletiva da categoria.

O/A profissional de Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social¹³ e suas diversas expressões, tecendo alternativas para o enfrentamento, bem como conhecendo e interpretando as mudanças do mundo do trabalho e da lógica capitalista, além das questões referentes à proteção social e as políticas sociais (PIANA, 2009).

De acordo com Guerra (2000) é com a instrumentalidade, capacidade de objetivação da intencionalidade, que os/as assistentes sociais conseguem, através de meios e instrumentos, transformar as condições subjetivas e objetivas bem como as relações interpessoais e sociais

13 “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77).

em um determinado cotidiano que requer intervenção. Além disso, os/as assistentes sociais necessitam também para a ação transformadora (práxis), além da instrumentalidade, do processo de trabalho que

[...] é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis (GUERRA, 2000, p.03).

Necessita, assim, de um/a profissional dotado de conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. O/a assistente social busca também a “inclusão social e a participação das classes subalternas, por meio de formas alternativas e estratégicas de ação. Pois procura conhecer a realidade em que atua e possuir compromisso ético com a classe trabalhadora e com a qualidade dos serviços prestados” (PIANA, 2009 p. 86-87).

Para tanto, necessita-se de assistentes sociais que tenham

[...] competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolem ações rotineiras e decifrem realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída. Suas ações vão desde a relação direta com a população até o nível do planejamento, tendo inclusive a árdua tarefa de priorizar os que têm e os que não têm direitos de acesso aos serviços e equipamentos sociais (PIANA, 2009, p. 101).

Em virtude do agravamento das expressões da questão social, o cotidiano do/a assistente social apresenta, cada vez mais, intensas requisições, tendo em vista situações complexas que atingem a classe trabalhadora.

O/A assistente social é um trabalhador/a assalariado/a que vende sua força de trabalho como forma de mercadoria e, como esses/as profissionais não possuem os meios e instrumentos de produção são obrigados/as a se adequarem aos empregadores/as (Estado, empresa, etc). Dessa forma, torna-se um processo em que o/a profissional fica dependente das instituições empregadoras, e com relativa autonomia nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que atua, caracterizando uma relação de subordinação. Em suma,

[...] o agente profissional contratado pelas instituições empregadoras ingressa no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho especializada, conquistada por meio de formação universitária que o legitima a exercer um trabalho

complexo em termos da divisão social do trabalho, dotado de qualificação específica para o seu desenvolvimento. Mas essa mercadoria “força de trabalho” só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados a sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional. As implicações desse processo são profundas e incidem na autonomia relativa desse profissional, que não possui, como vimos, o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver o trabalho socialmente necessário, coletivo, combinado e cooperado com os demais trabalhadores sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Considerando o Serviço Social como “uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado” (RAICHELIS, 2011, p. 423), necessita abordar como ocorre a relação de compra e venda da força de trabalho dos/as assistentes sociais. Ou seja, mesmo que a profissão tenha sido reconhecida como liberal nos estatutos legais e éticos na qual define a autonomia do/a profissional, o trabalho dos/as assistentes sociais é tencionado devido a essa relação, deixando o/a profissional sem o controle das condições e meios de trabalho do exercício profissional. Em suma,

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. [...] Portanto, essas relações interferem decisivamente no exercício profissional, que supõe a mediação do mercado de trabalho por tratar-se de uma atividade assalariada de caráter profissional (IAMAMOTO, 2010, p. 215).

Como tratado nos capítulos anteriores deste trabalho, com a atual fase do capitalismo modificaram as configurações do trabalho, e como tendência há a redução de trabalhadores/as contratados/as, bem como o desemprego estrutural, precarização do trabalho, salários baixos, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrentes das novas formas de organização do trabalho, o desgaste mental. Tais elementos rebatem na classe trabalhadora e, como parte dela, nos/as assistentes sociais. Nesse sentido, como Alves (1999) reflete acerca do capital: a “voracidade do capital que tenta transformar o tempo de vida em tempo de trabalho, algo que contribuiria tão-somente para a degradação humana. É o que está ocorrendo, hoje, [...] vive-se para ser explorado pelo o capital” (p. 164).

De acordo com Raichelis (2011) – e como foi demonstrado ao longo dos capítulos anteriores – a precarização do trabalho não pode ser considerada como uma problemática nova, mas sim um fenômeno característico desde o início da sociedade do sistema de

produção capitalista. O que é característico são as novas configurações do trabalho que revelam a retração e erosão do “trabalho contratado e regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho” (p. 421).

Em concordância com a autora, é de grande importância o/a assistente social está procurando pesquisar e questionar-se acerca da exploração e do desgaste dos/as trabalhadores/as e, incluindo-se nesse processo, considerando a pouca existência de estudos que investigam sobre os/as assistentes sociais no que tange ao sofrimento e o adoecimento dessa categoria, a partir das condições de trabalho, do cotidiano e da violação de direitos, tendo em vista que os temas relacionados aos impactos da reestruturação produtiva e as condições de trabalho da classe trabalhadora são estudados com maior frequência, mas a superexploração e o desgaste físico e mental ainda é um tema pouco debatido e pesquisado (RAICHELIS, 2011).

Ainda de acordo com a autora, essa dinâmica recai sobre o trabalho do/a assistente social, nos diversos espaços em que esse/a profissional está inserido/a. São elementos dessa dinâmica a insegurança, contratações precárias, intensificação do trabalho, salários baixos, “pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira” (p. 422), dentre outros.

No que concerne o mercado de trabalho para os/as assistentes sociais se verifica que nos diversos empregadores o que ocorre é o aumento dos

[...] processos de subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais (peejotização e uberização), por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de organizações não governamentais, de (falsas) cooperativas de trabalhadores na prestação de serviços a governos, especialmente em âmbito local, configurando-se o exercício profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operação das políticas sociais (RAICHELIS, 2018, p. 51).

Portanto, é evidente que os/as assistentes sociais estão inseridos nessa nova morfologia do trabalho que são impactados já que a “condição assalariada -seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não- envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho” (IAMAMOTO, 2010, p. 218). Dessa forma, a condição de

assalariamento, dessa categoria determina as condições sob as quais esse trabalho se realiza (salário¹⁴, jornada, intensidade, dentre outros).

Além do mais, na atual gestão do trabalho de acordo com Vicente (2015) em seu estudo acerca dos/as assistentes sociais da área de habitação ressalta que “o trabalho com as expressões da questão social é penoso” (p. 576). Ao ter em seu cotidiano questões relacionadas à privação e violação de direitos o/a assistente social fica exposto a riscos objetivos, o que concerne a condições de trabalho, ou seja, intensificação do trabalho, precariedade das condições, dos meios e dos instrumentos de trabalho, dentre outros, e a partir dos riscos objetivos se expõem a riscos subjetivos, que relacionam aos elementos que impactam nos sentimentos do/a assistente social a partir das condições de trabalho ao/a profissional, tais como angústia, sentimento de impotência, depressões, dentre outros.

Portanto, a exemplo do estudo de Vicente (2018) sobre as condições de trabalho dos/as assistente social na área da habitação é necessário dar importância e olhar com mais frequência para as condições objetivas e subjetivas desses/as profissionais, pois essas situações também são vivenciadas em outros setores de atuação dessa categoria, principalmente nessa fase do capitalismo.

Desse ponto de vista Yamamoto (2010) ressalta que em detrimento da reestruturação, do gerencialismo¹⁵ e o do papel do Estado refletem em no “alvorecer de um novo século, [e] os espaços ocupacionais e as fronteiras profissionais” (p. 231) sofrem mudanças. É nessa linha que o trabalho do/a assistente social também é atingido considerando que se trata de um/a trabalhador/a assalariado/a. Nesse sentido, o próximo item busca revelar as características e a precarização da categoria em Sousa-PB, em profissionais da Política de Assistência Social e Política de Saúde desse município.

4.2. Impactos causados a profissão e o adoecimento mental dos/as assistentes sociais na cidade de Sousa/PB: o que revelam os dados?

Considerando a pesquisa realizada com profissionais de Serviço Social que atuam nas Políticas de Assistência Social e Saúde de Sousa/PB, traremos aqui uma abordagem das condições e relações de trabalho dadas aos/a assistentes sociais desse município, elencando os principais impactos sofridos e realizando uma análise crítica sobre eles. Assim, desvelaremos

14 Em razão disso, é importante mencionar o Projeto de Lei 4022/2008 que está em tramitação e estabelece para a categoria dos/as assistentes sociais um piso salarial de R\$ 3.720,0 para a carga horária de 30 horas semanais (CFESS, 2019).

15 “Ideologia de gestão capitalista em tempos de crise do capital ganha espaço como estruturador das relações entre empregadores e trabalhadores” (RAICHELIS, 2018, p. 57).

a realidade no que se refere à precarização do trabalho e os fatores que provocam adoecimento mental do/a profissional de Serviço Social de Sousa/PB. Em acordo com os princípios éticos de uma pesquisa que envolve seres humanos, os nomes dos/as participantes serão substituídos por nomes de plantas presentes no nordeste brasileiro a fim de manter o sigilo.

É preciso situar que, nos distintos espaços de trabalho, os/as assistentes sociais estão sempre lidando com situações de violência, vulnerabilidade social, dentre outras formas de expressão da questão social. O exemplo disso é a fala do/a profissional acerca do seu trabalho

[...] por si só já é bem complexo devido a demanda, Não chega nenhum caso para comemorar aniversário [...] são sempre situações de conflito. [...] é desgastante para o profissional (Mandacarú).

É possível notar, de acordo com a fala de Mandacarú, que as situações de conflito e a complexidade das demandas que permeiam o cotidiano profissional causam desgaste no/a assistente social. Esse desgaste é evidenciado por Seligmann-Silva (2011) como “desvantagem” para o/a trabalhador/a em que na dinâmica do processo de trabalho dominado o corpo e a subjetividade são consumidos ao passo que realizam o trabalho.

Apesar dos/as assistentes sociais estarem lidando permanentemente com complexas situações, ainda se observa também a desvalorização do/a profissional de Serviço Social como um desafio acentuado no atual contexto societário. São aspectos que a partir de 1990 ganham força e diante dessa conjuntura de crise e de pandemia se reforçam: a intensificação do trabalho, salários baixos, polivalência, dentre outros aspectos.

Como já mencionado, tais desafios se acentuam na contemporaneidade e em consequência disso as configurações do mercado de trabalho dos/as assistentes sociais e os espaços sócio-ocupacionais são fragilizados. Como efeito da intensificação laboral o/a assistente social sofre consequências que perpassam o ambiente de trabalho. Há, ainda mais, a invasão da vida privada, principalmente considerando a atual situação de pandemia, em que com a disseminação do *Home Office* o trabalho é levado para ser realizado em casa, devido ao número de demandas existentes. Além disso, as tecnologias favorecem e ampliam essa problemática, já que o/a trabalhador/a é facilmente solicitado/a, podendo estar atento às demandas do trabalho a partir dos equipamentos tecnológicos.

Os/As profissionais entrevistados/as possuem faixa etária predominante entre 27 a 42 anos e estão em atividade profissional, em maioria, de 1 a 10 anos de tempo de trabalho. Os/As assistentes sociais possuem vínculo de trabalho diversificado, mas apresentaram-se, por exemplo, profissional concursado/a e por tempo determinado. O/A profissional que possui o tipo de contrato de trabalho por tempo determinado pontuou que

O fato de não ser efetiva nos faz cair em algumas barreiras, as vezes (Palma).

Nesse sentido, pontuamos um agravante para o trabalho do/a assistente social. Apesar de estar empregado/a, recebendo um salário para satisfazer suas necessidades, o/a trabalhador/a que possui o contrato de trabalho por tempo determinado tem a situação de trabalho ainda mais prejudicada. Tais vínculos que fazem parte dos contratos de trabalho atípicos possuem como características, principalmente, a insegurança no emprego, maior vulnerabilidade no trabalho e pouco tempo de permanência, o que coloca o/a profissional diante de barreiras (KREIN *et al*, 2018). Em síntese, Oliveira (2020) coloca

Trata-se, pois, de uma forma jurídica de mercantilização da força de trabalho assalariado, prevista e regulamentada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao contrário do contrato de trabalho por tempo indeterminado, esta modalidade contratual se caracteriza por possuir um tempo de duração previamente estabelecido, motivado por razões previstas em lei. Tal provisoriedade impõe a este tipo de contratação condições mais instáveis de trabalho ao empregado, além de limitá-lo no acesso a direitos trabalhistas historicamente relacionados aos contratos de trabalho de longa duração. Esta condição especial e institucionalmente mais desfavorável ao trabalhador dispensou à esta modalidade contratual um tratamento específico por parte não apenas da legislação trabalhista e suas instituições de fiscalização, mas também da doutrina jurídica construída em torno da matéria, do Judiciário trabalhista e do movimento sindical, no âmbito dos acordos e convenções coletivas. O que se observa ao longo da história é que, apesar de se pretender uma modalidade residual, a presença desse tipo de contratação sempre foi expressiva no mercado de trabalho brasileiro. Fato este que sempre conferiu flexibilidade de compra e venda da força de trabalho a um mercado laboral que tem na heterogeneidade e nas altas taxas de rotatividade duas de suas características principais.

Ainda é possível caracterizar como barreiras que estes/as profissionais estão sujeitos/as, em decorrência da fragilidade do vínculo em que se inserem, a carência de futuridade. Na falta de perspectiva de futuro e na incerteza dele, ou como Alves e Fonseca (2013) descrevem “a ansiedade perante o futuro [e] Não se trata apenas de um problema social (vínculos laborais precários, baixos salários, falta de direitos laborais), mas sim, trata-se de um problema existencial que corrói a individualidade pessoal” (ALVES, FONSECA, 2013, p. 97). Assim, revela que os vínculos trabalhistas demarcam as condições em que o/a trabalhador/a se insere no mercado e exerce seu trabalho.

Em concordância, Cançado (2009) revela que o que deparamos no mercado de trabalho é “a velha e sempre exploração do homem pelo homem, o constante descumprimento da legislação trabalhista e o engendramento de tramas empresariais, com o fomento à criação de novos tipos de contratos para excluir” (CANÇADO, 2009, p. 04).

À vista disso, de acordo com os dados coletados na pesquisa, o/a assistente social de Sousa/PB exerce seu trabalho de acordo com a Lei 12.317/2010, que determina a duração do trabalho de até 30 horas semanais para o exercício dessa profissão, caracterizando um avanço

e valorização para o Serviço Social. Todavia, ainda que a lei seja cumprida, é preciso enfatizar que com o processo de intensificação laboral, o/a profissional é incumbido/a de solucionar um grande número de demandas, ou seja, configurando a sobrecarga de trabalho.

No que concerne à renda média mensal dos/as assistentes sociais de Sousa-PB está entre 0,5(meio) a 2,5 (dois e meio) salários mínimos. Para os/as profissionais entrevistados/as o salário proveniente do trabalho que exercem não garante a satisfação das necessidades e, por este motivo, tem que exercer outra atividade remunerada. Nesse sentido, reafirmamos a importância da profissão ter um piso salarial definido, mas, pela vagarosidade em que tramita o Projeto de Lei (PL) 4022/2008 e o anexado PL 2693/2020 a profissão não dispõe de um piso salarial definido, expondo os/as profissionais a salários vergonhosos e humilhantes e situações vexatórias.

Mais recentemente, o PL 41/2021 propõe a alteração da Lei de regulamentação da profissão de Serviço Social para dispor sobre o salário do/a assistente social. A proposta é de firmar o piso salarial do/a assistente social em R\$ 5.500 para uma jornada semanal de 30 horas. Deputado Zé Vitor (PL-MG), autor do PL, pontua no texto

O assistente social, tem um papel fundamental na vida de toda a sociedade brasileira. Esse profissional é responsável pelo planejamento e execução de políticas públicas, ajudando a garantir o acesso da população à previdência social, habitação, saúde, educação, entre outros. Além disso, eles observam as condições de vida da população para orientar as pessoas ou grupos sobre como obter informações, como acessar seus direitos e sobre serviços para atender às suas necessidades sociais. Em 26 de agosto de 2010, com a aprovação da Lei nº 12.317, o assistente social passou a fazer jus a uma jornada de trabalho com duração de trinta horas semanais. A nossa intenção é a de completar aquela grande conquista da categoria com a estipulação de um salário profissional. De fato, o assistente social ainda não tem um salário profissional unificado no Brasil (PL 41/2021, 2021).

Assim, mesmo considerando os valores divergentes nos PL(s) acima mencionados, é de grande importância firmar o piso salarial da categoria a fim de fortalecer e valorizar a profissão e o/a profissional nos diversos espaços que atua. Portanto, o salário deve ser fundamentado “na função social de seus institutos e na proteção da pessoa humana, protagonista de qualquer ordem econômica, social e política, de tal forma que não haja efetividade na implantação da justiça social e no desenvolvimento pessoal pleno de cada um” (AGUIAR, 2013, p.7). Ou seja, pensado para além da sobrevivência, como proteção e dignidade a pessoa humana.

Nesse seguimento, interrogamos os/as assistentes sociais a respeito das perspectivas de progressão e ascensão na carreira. Foi possível observar o desejo de conseguir a aprovação

em um concurso federal, já que possuem melhores remunerações e maior segurança no emprego. Os/As entrevistados/as ressaltaram

Passar em um concurso federal (Palma).

A única perspectiva que tenho é em relação a um outro concurso. No meu atual trabalho não vejo perspectiva de progresso (Flor de Jitirana).

Dentro do município não temos Plano de Cargos e Carreiras, o que é péssimo, pois não tem nenhuma perspectiva de ascensão. A luta para concretização desse “SONHO” deu uma parada. Se eu quiser progredir tenho que pensar em estudar, realizar novos concursos [...]. Por enquanto eu não tenho planos, mas preciso porque até o direito a aposentadoria foi ameaçado completamente (Mandacarú).

Essas falas acerca da perspectiva de ascensão provocam ainda a reflexão relacionada à concretização de um sonho. Esse sonho é a busca por maior satisfação profissional bem como a possibilidade de ter melhores condições de vida e de viver melhor.

Em relação às condições de trabalho os/as participantes demonstraram mediante suas falas, principalmente, o fator sobrecarga de trabalho, mas também pontuaram outras questões para melhoria da atuação profissional bem como para a qualidade na prestação dos serviços

Na parte física e estrutural não se tem do que reclamar. Mas, sinto que a equipe deveria ser maior diminuindo a sobrecarga de trabalho (Palma).

Sousa tem espaço próprio, o que já é maravilhoso em relação a população souseira saber onde procurar sem passar pelas questões de mudança de endereço. Isso facilita na divulgação de onde fica e para que “serve” o serviço. O espaço consta de sala de cozinha, banheiro, sala de espera, sala de reunião, sala da equipe técnica e sala de atendimento, o que já é importante para se realizar um atendimento regular. Temos transporte exclusivo para os atendimentos e visitas. [...] Porém no meu entender, algumas reformas de espaço, bem como a contratação de mais profissionais técnicos, também o incentivo salarial e principalmente a aprovação do Plano de Cargos e Carreiras e um programa de cuidado com a saúde física e mental dos trabalhadores seriam bastante benéficas e relevantes para melhorar, para dar um “UP” nas condições de trabalho (Mandacarú).

Nesse momento as atividades estão bastante limitadas devido a pandemia, porém, ainda continuo realizando atendimentos individualizados e visitas domiciliares. Essas atividades acontecem de forma precária devido à falta de recursos materiais e recursos humanos. [...] sou requisitada [...] para realizar outros serviços que deveriam ser designados ao Assistente Social específico [...]. A falta de concursos ou até mesmo de contratação de profissionais tem nos sobrecarregado (Flor de Jitirana).

Desse modo, as avaliações dos/as assistentes sociais de Sousa/PB vão ao encontro com o pontuado por Santos e Manfroí (2015) quanto destacam que o excesso de demanda é um dos principais desafios postos a esses/as profissionais, caracterizando a sobrecarga de trabalho. Além disso, a fala de Palma e Mandacarú expressam a importância de dispor de

condições éticas e técnicas para o exercício profissional do/a assistente social como trazido na Resolução 493/2006 (CFESS, 2006).

Além destes, os/as assistentes sociais também registraram como problemas baixos salários, insegurança no emprego, falta de estrutura física e de recursos humanos, bem como falta de recursos materiais/equipamentos e de veículos, falta de segurança no trabalho, equipe reduzida de profissionais, sobrecarga de trabalho, elevado número de visitas/atendimentos/escutas, atividade não remunerada, rotina burocrática e pouca oferta de emprego. Percebemos, então, que as condições objetivas de trabalho refletem diretamente nas condições subjetivas do/a trabalhador/a, revelando assim uma relação intrínseca.

Nesse sentido, para tratar mais diretamente acerca de aspectos subjetivos iniciamos pelas considerações sobre o sentimento que o/a assistente social tem sobre o seu trabalho. Ficou evidente que o aspecto valorização da profissão é um problema,

Sentimento de impotência. Não há valorização do Profissional de Serviço Social [...]. Isso tem impactado bastante na minha visão sobre a profissão, como também, no meu interesse em me qualificar (Flor de Jitirana).

A parte boa é que consigo nesse tempo que estou no trabalho adquirir muita experiência e sabedoria. O que frustra é não sermos tão valorizadas (Palma).

Penso que é um trabalho bem complexo em que a questão emocional, mesmo que mantenhamos a postura ética, as vezes vem à tona. Há situações que não dá para esconder o lado humano do profissional o que não nos deixa menos profissionais por isso [...] infelizmente há uma cobrança do público e de até outros profissionais, inclusive de outras áreas para solucionar os casos o que deixa a situação bem desgastante, porque acabam não entendendo o trabalho em rede e também não aguardam o desdobramento da situação [...] o que nos deixa também intrigados. acho que meu trabalho é importante [...]essa relação espaço de trabalho e meu trabalho para o serviço foi positivo por causa do crescimento, fortalecimento, aprendizado (Mandacarú).

Percebemos nessas falas que, mesmo com aspectos positivos como a experiência e o aprendizado que o trabalho e o cotidiano profissional possibilitam ao/a assistente social se predomina nelas a presença de sentimentos negativos.

Ao questionarmos sobre situações de sofrimento ético-político, Mandacarú respondeu que houve pressão pela resolução de um problema, mas que já não competia aos profissionais da instituição em que exerce seu trabalho. A fala de Xique-xique reafirma essa realidade,

Dentre as situações vivenciadas, perpassaram a pressão para resolução de situações problemas, que não competiam mais aos profissionais [...] (não mais competia a assistente social a solução da questão) bem como atribuições que não são [da competência] que nos chegam (Mandacarú).

Somos bastante solicitada para mediar algumas situações que na maioria das vezes não compete ao Serviço Social, porém se não intervimos acaba um problema maior (Xique-xique).

Todos os dias. [...] Desse modo, efetivar direitos tem sido tarefa bastante difícil, implicando assim na nossa autonomia e na concretização do projeto ético-político (Flor de jitirana).

Ou seja, no cotidiano profissional os/as assistentes sociais ainda são encarregados/as de responder a questões que não dizem respeito à competência profissional, revelando um desconhecimento por parte de superiores de quais são as atribuições do/a assistente social. Além disso, à lógica da produção baseada nas metas e da produtividade se faz presente também nos espaços de atuação dos/as assistentes sociais.

Além das problemáticas tratadas até o momento apresentou-se também no contexto de trabalho dos/as assistentes sociais o assédio moral como um fator recorrente. Como explanado em capítulos anteriores, o assédio moral é um tipo de violência psicológica que permeia o contexto do trabalho e “se configura quando a dignidade de alguém é atacada de modo repetitivo, sistemático e deliberado durante um período prolongado, geralmente de vários meses. Liderada, explícita ou veladamente, por quem a perpetra, a prática desmoralizante” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 502-503). E, ao indagarmos sobre ele, os/as profissionais afirmaram que já passaram por tais situações. Os/as participantes revelam

Sim. Já (Palma).

Já passei por várias situações que me fizeram querer até parar de atuar enquanto profissional. Refere-se a relação interna do setor de trabalho na qual houve um completo desrespeito e eu diria uma afronta a questão pessoal e profissional deixando o ambiente impróprio para o trabalho. Um local de assegurar direitos, que “explodiu” em um local da própria violência. Violência contra o profissional. Violência moral. Repetidas vezes (Mandacará).

Já passei por algumas situações (Xique-xique).

Sim. Já passei por situações de assédio moral diversas vezes (Flor de jitirana).

Nesse sentido, se comprova o assédio moral é frequente e se mostra como uma tendência que pode se propagar para os/as demais colegas tornando o ambiente coberto de medos e, cada vez mais, impróprio para o trabalho e para a saúde mental dos/as trabalhadores/as. Ainda, com o perfil das respostas referentes ao assédio moral, analisamos o predomínio de respostas curtas, demonstrando uma dificuldade em falar do tema, podendo ser explicado pelos sentimentos que ele desencadeia ou por ainda ser apontado como tabu.

No que concerne o afastamento por necessidade por doença decorrente do trabalho os/as profissionais pontuaram o seguinte:

Sim. Já pensei em me afastar temporariamente, mas até isso a gestão dificulta, mesmo sendo direito do Servidor Público (Flor de jitrana).

Já senti necessidade de afastar [...], onde tive que exercer o trabalho sozinha ou apenas com a coordenadora, porém nunca me afastei. Apenas tiro as férias no período devido e faço terapia e atividades físicas (Mandacarú).

Mais uma vez se expressa à sobrecarga de trabalho e a polivalência do/a trabalhador/a em ter que desenvolver outras funções que não competem à profissão. Além disso, essa fala expressa o receio do afastamento, muitas vezes ocasionado pelo medo e, inclusive, pelo assédio moral. Mas, que deveriam ser pensados e entendidos como direito do/a trabalhador/a.

Questionamos sobre se os/as consideram que o seu trabalho rebata de maneira prejudicial à saúde mental

Isso já é desgastante para o profissional, pois atuar nesse contexto [...] Imagina quando o seu espaço de trabalho já não é o espaço onde você pode discutir situações, propostas de intervenção [...] A saúde mental é atingida completamente. E pior é quando a verba é insuficiente para procurar ajuda profissional, um atendimento psicológico, uma terapia alternativa (Mandacarú).

Sim (Xique-Xique).

Sim. Não falo do trabalho em si, mas das condições de trabalho e dos assédios praticados por superiores (Flor de jitrana).

Atrelado a isso, foi indagado se o/a profissional já passou por situações de desgaste/esgotamento mental proveniente do trabalho,

No período do conflito interno foi realmente muito crítico que me fez pensar em parar. Chorava muito, não queria ir para o trabalho, sentia a escuridão no local de trabalho. Foram dias angustiantes (Mandacarú).

Sim (Palma).

Me sinto cansada mentalmente e muito ansiosa. Nunca busquei ajuda profissional, mas no meu dia a dia percebo meu desgaste físico e mental (Flor de jitrana).

Pode-se perceber, com as falas acima, que a precarização do trabalho atinge de modo perverso a subjetividade dos/as assistentes sociais no contexto de Sousa/PB. Ocasionalmente ocasionam impactos negativos na saúde mental com a presença da tristeza, da angústia, ansiedade, desgaste físico e mental, dentre outros agravos. Então as condições e as relações de trabalho adentram nas vidas dos sujeitos fora do contexto laboral provocando a precarização da saúde e o adoecimento mental destes/as trabalhadores/as. Em síntese deste tópico, Seligmann-Silva destaca

A percepção do próprio cansaço e do isolamento, juntamente com a inexistência de reconhecimento, leva cada assalariado a vivências de profunda insegurança. Dessa forma, esses modos de gestão tornam-se desgastantes e fomentam o crescimento da incerteza e do medo quanto ao futuro (SELIGMANN-S, 2011, p. 468).

Portanto, considerando o contexto de trabalho que os/as assistentes sociais da política de Assistência Social e Saúde de Sousa/PB estão inseridos/as e as condições em que desenvolvem o trabalho a partir dos dados coletados na pesquisa, cada vez mais, estes/as profissionais são submetidos/as a situações desgastantes. Fica notório que a precarização do trabalho expressa nos baixos salários, na intensificação, na polivalência, na insegurança, dentre outros elementos, demonstram que a realidade vivida no trabalho por estes/as profissionais se caracteriza como espaço de precarização subjetiva e de adoecimento mental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos com a pesquisa a confirmação de que as condições de trabalho dadas aos/as assistentes sociais impactam na saúde mental desses/as profissionais e que o adoecimento mental se faz presente nesse contexto que a pesquisa propôs analisar. São fatores como baixos salários, insegurança no emprego, sobrecarga de trabalho, elevado número de atividades e pouca oferta de emprego, dentre outros, que favorecem e impactam diretamente o agravamento das condições de saúde dos/as trabalhadores/as. Desta forma, entendemos o adoecimento mental como resultado das desgastantes condições de trabalho dadas ao/a trabalhador/a e, considerando o atual contexto de crise e de pandemia, os impactos que atingem essa categoria são ainda mais fortes.

Foi possível observar que o trabalho diferente das antigas configurações, quando era voltado unicamente para satisfazer as necessidades individuais passa, na sociedade capitalista, a ser utilizado, cada vez mais, para dominação e exploração da vida. Diante do modo de produção capitalista, portanto, o trabalho é apropriado pelo capital que se utiliza da exploração da força de trabalho para responder seus anseios. O ser humano passa a ser visto apenas como força de trabalho e como instrumento/mercadoria para destinar lucro ao capital e desprezado enquanto um ser de vida. Nesses moldes capitalistas tem-se o máximo de exploração do/a trabalhador para obtenção do lucro.

Com a crise de 1970 e com a crise dos modelos taylorista e fordista que implicaram em um novo padrão de produção e mudanças na organização e gestão do trabalho os/as trabalhadores/as passaram a ser dominados/as ainda mais. Fruto desse contexto se insere a reestruturação produtiva, como solução da crise e retorno aos lucros capitalistas. Com as mudanças no mundo do trabalho obteve-se como “saldo” a desregulamentação do trabalho, desemprego, exploração do/a trabalhador/a, a precarização do trabalho, dentre outros. Nesse sentido, o capital explora, cada vez mais, o/a trabalhador/a e este/a se submete para manter-se empregado/a.

Com a atualização da precarização, o trabalho passou a ser ainda mais penoso a partir das formas de intensificação, exploração e outras estratégias, as quais aparecem também nas falas dos sujeitos entrevistados nessa pesquisa. Nesse sentido, a precarização do trabalho é uma estratégia do capital que se espraia pela totalidade da vida. E, deste modo se dá a relação precarização e trabalho assalariado, em que o capitalismo e as organizações de trabalho definem as condições laborais dos/as trabalhadores/as. O que se revela são novas roupagens do trabalho, exigindo cada vez mais, da classe trabalhadora.

Nesse contexto, ressaltamos a importância das lutas e reivindicações da classe trabalhadora em prol das melhorias de vida e condições de trabalho, inclusive do segmento de assistentes sociais.

Analisamos também que a precarização do trabalho rebate diretamente na precarização subjetiva do/a trabalhador/a e, no caso dos sujeitos entrevistados isso é demonstrado a partir dos sentimentos de impotência, desgaste, angústia, presentes em suas falas. A subjetividade sendo o mundo interior, os sentimentos e as emoções, reflete no prazer ou desprazer de uma atividade. Nesse sentido, as condições objetivas recaem diretamente nas condições subjetivas. Ou seja, como aborda Seligmann-Silva (2011), a precarização subjetiva adentra a identidade e dilacera a si mesmo. Portanto, as situações de trabalho incidem na vida dos/as trabalhadores/as de forma avassaladora, com situações de desgaste, incerteza, ansiedade, dentre outros, que em suma correspondem ao adoecimento mental.

Portanto, o/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a, como parte da classe trabalhadora, em que detém apenas da força de trabalho passa, em virtude disso, a sofrer problemáticas no ambiente laboral e fora dele, como acidentes e adoecimentos. A profissão de Serviço Social, que não é funcional ao capital e que luta pela defesa dos direitos da classe trabalhadora, tem ainda mais rebatimentos.

A partir dos relatos e das análises acerca das condições do trabalho e as percepções de como elas rebatem na saúde mental dos/as assistentes sociais da Política de Saúde e de Assistência Social de Sousa/PB (locus da pesquisa), notaram-se algumas problemáticas: baixos salários, falta de estrutura física, de recursos humanos, de materiais, equipamentos e de veículos, equipe reduzida de profissionais, falta de segurança no trabalho, rotina burocrática, que refletem na, sobrecarga de trabalho, no elevado número de atividades, no sofrimento ético-político, ansiedade, desgaste físico e mental, necessidade de se afastar por doença decorrente do trabalho, sentimento de impotência e medo, desvalorização profissional, assédio moral, dentre outros.

Desta forma, notamos que, como pontua Praun (2016), apesar das grandes progressões no que tange aos direitos sociais e trabalhistas, o trabalho continua como motivo de sofrimento e adoecimento dos/as trabalhadores/as. Nesse sentido, compactuamos com a Lacaz (2013) ao apontar a necessidade de desvendar os processos de trabalho no capitalismo e quais as implicações nocivas que ele reflete nos/as trabalhadores/as.

Portanto, é necessário dar importância e atentar para as antigas e novas formas de precarização do trabalho e da precarização subjetiva do/a trabalhador/a “cujas consequências ainda não são bem dimensionadas no repertório de adoecimento. O destaque fica com o

sofrimento mental acelerado, do qual só saberemos suas repercussões mais profundas ao fim desta geração de trabalhadores precarizados e desistentes” (FILHO, VASCONCELOS, SILVA, 2021, p. 9).

Nessa sociedade que faz o/a trabalhador/a desenvolver suas atividades em condições deploráveis de trabalho é basilar que passemos a discutir acerca do trabalho e das condições dadas para seu desenvolvimento, da saúde do/a trabalhador/a e de “como configurar o trabalho para que processe saúde e bem-estar, e não doenças e mortes” (TORRES-TOVAR, 2021, p. 25/26). Assim, é necessário,

[...] estruturar ação política dos trabalhadores em prol da defesa da saúde no trabalho, em cenário de regressão de direitos, requer a construção de um processo organizacional de unidade entre os movimentos sindicais, associações de adoecidos/acidentados do trabalho e dos movimentos sociais na defesa da Saúde do Trabalhador (CORRÊA; RODRIGUES, 2021, p. 69).

Além disso, considerando o locus da pesquisa, levar e fortalecer essa pauta no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), no debate acadêmico e nos diversos âmbitos em que se inserem estudantes e profissionais de Serviço Social para defesa das condições objetivas e subjetivas dessa categoria, no sentido de, em acordo com Seligmann-Silva (2011), “promover conhecimentos que permitam aos gestores ter consciência de suas responsabilidades em face das questões de saúde geral e mental dos empregados” (p.556). Desta forma, abarcar os empregadores, os/as trabalhadores/as em geral, as organizações e toda a sociedade dessa problemática que permeia por anos e que, na contemporaneidade, tem se alastrado e aguçado ainda mais.

Assim sendo, com os desafios atuais apresentados pelos sujeitos da pesquisa, evidenciamos e refletimos acerca de novos caminhos para o enfrentamento dessa problemática e perspectivas de novos olhares. Considerando que a precarização do trabalho se modifica a cada conjuntura, é preciso observar e mudar as condições de trabalho presentes nesse sistema de dominação para que o/a trabalhador/a tenha condições dignas e humanas para trabalhar e satisfazer suas necessidades.

Ademais, destacamos o assédio moral como um desafio para novos objetos de pesquisa tendo em vista que esteve presente nas falas de todos/as sujeitos da pesquisa como um aspecto prejudicial ao trabalho e a vida dos/as trabalhadores/as.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcus Pinto. O salário e sua função social: a valorização da pessoa humana como fundamento para a justiça social e o desenvolvimento econômico. Ano 2 (2013), nº 14, 16059-16076/ ISSN: 2182-7567. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/14/2013_14_16059_16076.pdf. Acesso em: 13/05/2021.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: O novo (e precário) salariado tardio**. 2008. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/TextosReestruturacao.htm>. Acesso em: 05/03/2021.

_____. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. – 3 ed. – Londrina: 1999.

_____. **Prefácio: o adoecimento do trabalho como falha metabólica do capital**. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). **Aveso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013c.

ALVES, Giovanni. FONSECA, Dora. **O movimento social do precarizado, carência de futuridade e necrose do capitalismo de bem-estar social em Portugal**. Projeto História, São Paulo, n. 46, pp. 91-114, Abr. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17130>. Acesso em: 2/05/2021.

AMARAL, A. **Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas**. IN: Revista Argum., Vitória, v. 10, n. 3, p. 244-256, set./dez. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **A corrosão do trabalho e a precarização estrutural**. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. **O avesso do trabalho III. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 19-25.

_____. **O Caracol e a sua Concha**. 1. Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005. 135p.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho.** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, v. 1, 2008, pp. 1-14.

ANTUNES, Ricardo. PRAUN, Luci. (2015). **A sociedade dos adoecimentos no trabalho.** Serviço Social & Sociedade, 123, 407-427.

AQUINO, C. **O Processo de precarização laboral e a produção subjetiva:** um olhar desde a psicologia social. O público e o privado, Fortaleza, n. 11, p. 167-176, jan./jun. 2008.

BARRETO, Margarida. **Assédio moral:** a violência sutil—análise epidemiológica e psicossocial do trabalho no Brasil. 2005, Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. 190p.

BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. **Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador.** In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. O avesso do trabalho III. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 107-123.

BONZATTO, Eduardo Antonio. **Tripalium:** o trabalho como maldição, como crime e como punição. Direito em foco, v. 01, p. 01-37, 2011. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/Direito_em_foco_Tripalium.pdf. Acesso em: 22/04/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde do Trabalhador Saúde do trabalhador / Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Trabalhador. - Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CANÇADO, Andréa Aparecida Lopes. **O contrato de trabalho do século XXI e o esquecido princípio da fraternidade.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 14, n. 2083, 15 mar. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12462>. Acesso em: 10 maio 2021.

Camara dos Deputados. **PL n.41/2021**. Deputado Zé vitor, 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01hfg63sczdtjn12kd7oljna5c12396294.node0?codteor=1959606&filename=PL+41/2021. Acesso em: 10/05/2021.

CFESS. RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em: 18/05/2021.

CFESS. PL Piso Salarial e PL Educação avançam no Congresso. 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1610/>. Acesso em: 24/04/2021.

CHIAVEGATO, Luiz Gonzaga Filho; NAVARRO, Vera Lucia. **A organização do trabalho em saúde em um contexto de precarização e avanço da ideologia gerencialista**. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. O avesso do trabalho III. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 89-104.

CORRÊA, Maria Juliana Moura. RODRIGUES, Stenio Dias Pinto. **Contrarreforma do trabalho e previdência e os impactos na Saúde dos Trabalhadores: desafios da classe trabalhadora**. In: Saúde do trabalhador em tempos de desconstrução: caminhos de luta e resistência. / Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos [et al.]. (Organizadores). – Rio de Janeiro: Cebes, 2021. 314 p.; il.. DOI:10.5935/978-65-87037-01-1.01 ISBN:978-65-87037-02-8. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/almanaque-saude-trabalhador-tempos-desconstrucao-caminhos-luta-resistencia>. Acesso em: 17/05/2021.

DANTAS, P. M. A. B. **Mundo do Trabalho, Reestruturação Produtiva e Gestão de Pessoas: elementos de debate**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, 2013.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 1987a. (Tradução por Ana Izabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira de Usure Mentale. 5ª. ed. ampliada, 12ª. reimpressão. São Paulo: Cortez/Oboré, 2009).

DigiLabour. Trabalho uberizado e capitalismo virótico: entrevista com Ricardo Antunes. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2020/06/14/trabalho-uberizado-e-capitalismo-virotico-entrevista-com-ricardo-antunes/>. Acesso em: 10/03/2021.

DRUCK, M. G.. **A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho.** O SOCIAL EM QUESTÃO (ONLINE), v. 49, p. 11-34, 2021.

FILHO, Heleno Rodrigues Corrêa. VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. SILVA, Carlos dos Santos. **Saúde do Trabalhador em tempos de desconstrução: caminhos de luta e resistência.** In: Saúde do trabalhador em tempos de desconstrução: caminhos de luta e resistência. / Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos [et al.]. (Organizadores). – Rio de Janeiro: Cebes, 2021. 314 p.; il.. DOI:10.5935/978-65-87037-01-1.01 ISBN:978-65-87037-02-8. Disponível em:

<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/almanaque-saude-trabalhador-tempos-desconstrucao-caminhos-luta-resistencia>. Acesso em: 17/05/2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes/** Uwe Lick; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. - Porto Alegre: Penso, 2013.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** Capacitação Em Serviço Social e Política Social, v. 4, p. 53-63, 2000 (versão atualizada). Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>. Acesso em: 06/05/2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** – 19 ed. – São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]; CELATS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** - 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

KREIN, José Dari; ABÍLIO, Ludmila; FREITAS, Paula; BORSARI, Pietro; CRUZ, Reginaldo. **Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores.**

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15. Região, v. 1, p. 41-66, 2018. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/141969/2018_krein_jose_dari_flexibilizacao_relacoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12/05/2021.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. **O campo da saúde do trabalhador:** epistemologia, desafios e lacunas. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. O avesso do trabalho III. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 213-232.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. **Continuam a adoecer e morrer os trabalhadores:** as relações, entraves e desafios para o campo Saúde do Trabalhador. Rev Bras Saude Ocup 2016;41:e13. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572016000100301&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27/04/2021.

LINHART, Danièle. **Modernização e precarização da vida no trabalho.** In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. 461p.

Marx, Karl (1985a). O Capital. Vol. I. Tomo I. **Coleção Os Economistas.** Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.

Marx, Karl (1985b). O Capital. Vol. I. Tomo II. **Coleção Os Economistas.** Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.

Mendes R., Dias EC., **Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador.** Rev. Saúde Pública, São Paulo, 25(5):341-9,1991.

MÉSZÁROS, István. **A Atualidade História da Ofensiva Socialista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTA, Ana E.. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 1ed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 51-68.

NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). **Avesso do trabalho III:** saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013c

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

NETTO, Nilson Berenchtein. **Suicídio e trabalho: breves considerações acerca da relação entre sofrimento e alienação**. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. O avesso do trabalho III. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 123-140.

OLIVEIRA, Isabela Fadul de. **Contrato por prazo determinado**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Pedro Paulo Teixeira Manus e Suely Gitelman (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/348/edicao-1/contrato-por-prazo-determinado>. Acesso em: 10/05/2021.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>. Acesso em: 27/04/2021.

PINA, José Augusto; NAVARRO, Eduardo Stotz. **Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica**. 2 Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 39 (130): 150-160, 2014.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 77p.

PRAUN, Lucieneida Dováo. **Não sois máquina: reestruturação produtiva e adoecimento na General Motors do Brasil**. Campinas, SP: [s.n.], 2014.

PRESCOLDT, Soraya Gama de Ataíde; SOUZA, Renata Silva; VARGAS, Marineia Quinelato Viale. **Precarização do trabalho no setor de serviços em tempos de capitalismo contemporâneo**. Revista de Política Públicas da UFMA, v. 22, p. 1157, 2019.

RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores** [texto] / Bernardino Ramazzini; tradução de Raimundo Estrêla. – 4. ed. – São Paulo : Fundacentro, 2016. 321 p.: il. color. ; 24 cm.

RAICHELIS, Raquel Degenszajn. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RAICHELIS, Raquel Degenszajn. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo.** In: Raquel Raichelis Degenszajn; Damares Vicente; Valéria Albuquerque. (Org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.* 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018, v. 1, p. 25-65.

RAICHELIS, Raquel Degenszajn; VICENTE, Damares Pereira; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** 1ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. V. 1. 341p.

SABINO, M. C. S.. **Fundamentos Ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil - concreto e trabalho abstrato.** Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, v. 3, p. 135-147, 2014.

SAFATLE, V. P. (Org.); SILVA JUNIOR, N.(Org.); DUNKER, C. I. L. (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** 1. ed. São Paulo: Grupo Autêntica, 2020. v. 1. 286p.

SANTOS, Maria Teresa dos. MANFROI, Vania Maria. **Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional.** EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 178 – 196. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/21057/15716#:~:text=O%20exerc%C3%ADcio%20profissional%20do%20assistente,e%20falta%20de%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de>. Acesso em: 10/05/2021.

SELIGMANN – Silva, E. **Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez, 2011. 622p.

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. **A flexibilização da jornada de trabalho e seus reflexos na saúde do trabalho.** In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. O avesso do trabalho III. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013. P. 59-87.

SOUZA, Elisa Cristiane. **A voz que cala ao corpo que fala:** o assédio no ambiente de trabalho como desafio para o serviço social. Dissertação de mestrado. Natal, RN, 2015. 244f.

TORRES, Amélia Romana Almeida. CHAGAS, Maristela Inês Osawa. MOREIRA, Andrea Carvalho Araújo. BARRETO, Ivana Cristina de Holanda Cunha. RODRIGUES, Eryka Maria. **O adoecimento no trabalho:** repercussões na vida do trabalhador e de sua família. SANARE, Sobral, v.10, n.1, p.42-48, jan./jun. 2011.

TORRES-TOVAR, Mauricio. **Além do sindicalismo:** outra expressão da luta pela saúde no trabalho na Colômbia. As associações de trabalhadores doentes pelo trabalho. In: Saúde do trabalhador em tempos de desconstrução: caminhos de luta e resistência. / Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos [et al.]. (Organizadores). – Rio de Janeiro: Cebes, 2021. 314 p.; il.. DOI:10.5935/978-65-87037-01-1.01
ISBN:978-65-87037-02-8. Disponível em:<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/almanaque-saude-trabalhador-tempos-desconstrucao-caminhos-luta-resistencia>. Acesso em: 17/05/2021.

TRINDADE, Hiago. **No fio da meada:** trabalho e precarização na indústria têxtil. Bauru: Práxis, 2017.

VICENTE, Damares Pereira. **Serviço Social, trabalho e desgaste mental.** In: A nova morfologia do Serviço Social. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018, v. 1, p. 127-149.

VICENTE, Damares Pereira. **Desgaste mental de assistentes sociais:** um estudo na área da habitação Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 562-581, jul./set. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282015000300562&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso m: 03/05/2021.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO: Trabalho e adoecimento mental: desvelando a realidade dos/as assistentes sociais de Sousa-PB

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, (inserir o nome, profissão, residente e domiciliado na.....), portador da Cédula de identidade, RG , e inscrito no CPF/MF..... nascido(a) em ____ / ____ / _____ , abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo “***Trabalho e adoecimento mental: desvelando a realidade dos/as assistentes sociais de Sousa-PB***”. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) A pesquisa tem como objetivo analisar a precarização do trabalho e fatores que provocam o adoecimento mental do profissional de Serviço Social na cidade de Sousa, Estado da Paraíba, para compreender as atuais transformações do mundo do trabalho, investigar sobre as condições de trabalho da categoria dos/as assistentes sociais e conhecer os fatores que provocam o adoecimento mental dos/as referidos/as profissionais;
- II) Este projeto tem como justificativa analisar a precarização do trabalho e os fatores que provocam o adoecimento mental do profissional de Serviço Social da cidade de Sousa, Estado da Paraíba, visto que estes/as que são também atingidos pelos rebatimentos das novas configurações do mundo do trabalho a partir das relações estabelecidas entre capital/trabalho, e possivelmente reivindicar melhorias nas condições de trabalho,

principalmente no que se refere à saúde do trabalhador/a. Tem como parte da metodologia a entrevista semiestruturada com a realização de perguntas em forma de roteiro direcionadas ao problema aplicado aos/as assistentes sociais da Assistência Social e Saúde do município de Sousa, no Estado da Paraíba. Sendo assim, a entrevista atrelada ao questionário possibilitará a pesquisa uma maior compreensão da realidade dos/as assistentes sociais, do trabalho realizado, e como foco principal da pesquisa, o entendimento do adoecimento mental desta categoria em virtude da precarização do trabalho;

- III) O/a participante poderá, em algum momento da pesquisa, ter algum desconforto em relação ao cansaço ou aborrecimento em responder o questionário, como também irritação aos olhos, dor de cabeça, dentre outros, considerando o tempo de exposição ao computador. Também sentir desconfortos em relação a perguntas que, de algum modo, provoquem evocação de memórias sobre uma condição de satisfação profissional. Há um risco, considerando que se refere a uma pesquisa realizada por meio tecnológico e, mesmo sem intencionalidade, pode ocorrer à invasão de dispositivos e a exposição de dados, mas que os/as responsáveis por essa pesquisa farão o que estiver ao alcance para manter o sigilo. Há benefícios em torno da colaboração com essa pesquisa no sentido de estar contribuindo para construção do conhecimento científico;
- IV) O/a participante terá acompanhamento durante e após o término da pesquisa;
- V) O/a participante poderá, a qualquer momento, desistir ou interromper sua colaboração na pesquisa, sem necessidade de qualquer explicação ou penalização;
- VI) O/a participante terá resguardado o sigilo e sua privacidade em todas as fases da pesquisa.
- VII) Os resultados da pesquisa terão sigilo mantido, exceto para fins de divulgação científica. Mesmo assim a identidade do/a participante será preservada.

Atestado de interesse pelo conhecimento dos resultados da pesquisa

() Desejo conhecer os resultados desta pesquisa

() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

- VIII) O/a participante terá garantido o recebimento de uma via do TCLE;
- IX) O/a participante terá garantido o ressarcimento de qualquer despesa da pesquisa e dela decorrentes;
- X) O/a participante terá garantida indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;

IX) A pesquisa *atende* a todos os *requisitos* éticos necessários a *uma pesquisa* científica realizada com *seres humanos*.

_____, ____ de _____ de 2021.

Telefone para contato do (a) pesquisador (a) responsável: **(88) 99438-1753**

Declaro para os devidos fins ter lido estar ciente e concordar com os termos do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

(Participante)

APÊNDICE II

INSTRUMENTAL DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisador responsável: Ana Caroline Pereira Rodrigues	Email: aninha.r816@gmail.com
Campo: Assistentes sociais no município de Sousa-PB () da Saúde () da Assistência Social	Data de coleta: ____/____/____.
Aplicação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: () Sim () Não	Modalidade: Entrevista semiestruturada.
Dados Socioeconômicos	
Faixa Etária: () 20 a 26 anos () 27 a 34 anos () 35 a 42 anos () 43 a 50 anos () 51 anos ou mais	
Sexo: Raça/Etnia: () preta () parda () amarela () branca	
Tempo de trabalho: () Inferior a 1 ano () 1 a 5 anos () 6 a 10 anos () 11 a 15 anos () acima de 15 anos	
Tipo de contrato de trabalho: () Concursado () Tempo determinado () CLT () Temporário () Terceirizado () Intermitente	
Renda média mensal: () até ½ salário mínimo () de ½ até 1 salário mínimo () de 1,5 a 2,5 salários mínimos () acima de 3 salários mínimos	

Carga horária semanal de trabalho:

- até 20 horas
 de 20 a 30 horas
 de 30 a 40 horas
 acima de 40 horas

A renda recebida pelo seu trabalho garante a satisfação das necessidades do seu grupo familiar?

- Sim Não

Você possui mais de uma atividade remunerada?

- Sim Não

Existem problemas que dificultam a realização de seu trabalho? Tais como,

- Se Sim, especifique: Não.
- Baixos salários
- Insegurança no emprego
- Falta de estrutura física
- Falta de recursos humanos
- Falta de recursos materiais/equipamentos e de veículos
- Falta de segurança no trabalho
- Equipe reduzida de profissionais
- Sobrecarga de trabalho
- Elevado número de visitas/atendimentos/escutas diariamente;
- Elevado número de atividades realizadas;
- Atividade não remunerada;
- Rotina burocrática;
- Pouca oferta de emprego;

Faz uso ou já usou alguma medicação para situações de ansiedade, estresse, etc.?

- Sim Não

Questionário semiestruturado

1-Explique seu cotidiano de trabalho.

Resposta:

2-Qual (is) sentimento(s) você tem sobre o seu trabalho?

Resposta:

3-Como você avalia as suas condições de trabalho?

Resposta:

4-Já passou por situações de sofrimento ético-político, ou seja, questões que dificultaram ou impossibilitaram a autonomia profissional e/ou alternativas de concretização do projeto ético-político profissional, no que diz respeito ao compromisso com a classe trabalhadora, com uma sociedade igualitária, no fomento dos princípios fundamentais da profissão, tais como, liberdade, defesa dos direitos humanos, defesa da cidadania e da democracia, competência profissional, etc? Se preferir, comente.

Resposta:

5-Você sabe o que é assédio moral? Sofre ou já sofreu assédio moral no trabalho?

Resposta:

6-Você já sentiu necessidade ou se afastou por doença decorrente do seu trabalho?

Resposta: _____

7-De acordo com seu trabalho, você considera que ele rebate de maneira prejudicial a sua saúde mental?

Resposta: _____

8-Já passou por situações de desgaste/esgotamento mental?

Resposta: _____

9-Qual (is) sua(s) perspectivas de progressão e ascensão na carreira?

Resposta: _____